



Universidade de Aveiro
Ano 2013

Departamento de Ciências
Sociais, Políticas e do Território

**TIAGO FILIPE
SANTOS**

**O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NO TECIDO
EMPRESARIAL DO DISTRITO DE AVEIRO**



**TIAGO FILIPE
SANTOS**

**O PAPEL DO ASSOCIATIVISMO NO TECIDO
EMPRESARIAL DO DISTRITO DE AVEIRO**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Gestão Pública, realizada sob a orientação científica da Doutora Ana Isabel Pires Beato Alves de Melo, Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutor Filipe José Casal Teles Nunes

Professor auxiliar convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Sara Margarida Moreno Pires

Professora auxiliar convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Prof. Doutora Ana Isabel Pires Beato Alves de Melo

Professora adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro

agradecimentos

O meu sincero agradecimento a todos os que colaboraram direta ou indiretamente na realização deste trabalho, desejando-lhes que alcancem na vida muita felicidade.

À Professora Doutora Ana Melo, pelo afincado acompanhamento ao longo deste caminho universitário e por sempre acreditar em mim.

À Associação Industrial do Distrito de Aveiro – AIDA, pela oportunidade de testemunhar o seu trabalho e por me acolherem com simpatia e atenção. Agradeço, em especial, à minha orientadora, Dra. Celeste Claro, e a Diretora-geral, Dra. Elisabete Rita, não esquecendo todos os restantes colaboradores desta associação.

Aos meus amigos, desde a infância à juventude, que sempre me apoiaram e contribuíram para que este objetivo fosse realizado.

A minha mãe, ao meu pai - Carlos Sousa, às minhas gémeas, e a toda a minha família pelo apoio, compreensão e entendimento.

À minha avó, por ser a minha maior apoiante e por todo o seu carinho.

À Carolina Matos, pois só ela saberá contar a nossa história.

palavras-chave

Associações Empresariais, Associações Industriais, Empresas, Distrito de Aveiro, Tecido Empresarial

resumo

O objetivo deste estudo, que resultou de um estágio realizado na Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA), foi perceber qual o papel das associações empresariais e industriais para o tecido empresarial desta mesma região.

Neste sentido, procurou-se perceber: quais os serviços procurados pelas empresas nas suas associações, as razões que motivam essa procura e o grau de satisfação com os serviços prestados; quais as vantagens e desvantagens de pertencer a uma associação empresarial/industrial; e quais as mudanças percebidas como necessárias nas associações para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, tornando-as, deste modo, mais relevantes para o tecido empresarial.

Com vista à concretização do objetivo proposto foi utilizada uma metodologia qualitativa, tendo a informação sido recolhida através de análise documental, de observação participante e de entrevistas realizadas à Diretora-Geral da AIDA e a oito empresas pertencentes a associações empresariais e industriais.

O presente estudo começa por apresentar a evolução da indústria portuguesa e do associativismo industrial ao longo do tempo, focando as alterações mais significativas ocorridas e referindo as funções desempenhadas pelas mesmas associações. Posteriormente, é analisado a Entidade de Acolhimento – a AIDA –, e relatadas as atividades realizadas ao longo do estágio nessa instituição. Seguidamente, e após a explicação da metodologia utilizada, é apresentada a análise das entrevistas realizadas a empresários. Finalmente, são tiradas as conclusões finais e delineadas perspetivas para o futuro.

Este estudo permitiu reconhecer o papel importante que as associações empresarias/indústrias desempenham para as empresas e para as regiões onde estas se inserem. Porém, existem ainda mudanças a realizar, de forma a potenciar o seu trabalho e ir de encontro aos anseios e às necessidades das empresas.

keywords

Business Associations, Industry Associations, Companies, Aveiro District, Business Fabric

abstract

This study is the result of an internship conducted at the Industrial Association of the Aveiro District (AIDA). Its main purpose was to understand the role of business and industry associations for the business fabric of the Aveiro District. We sought to understand: the type of services companies look for in associations, the reasons behind those choices and the degree of satisfaction with the services provided; the advantages and disadvantages of belonging to a business or and industry association; and the changes perceived as necessary to improve the quality of the services provided by business and industry associations.

In order to accomplish the aforementioned aim, a qualitative methodology was used. Data was collected through mixed methods, which comprised documentary analysis, participant observation and semi-structured interviews to the Director-General of AIDA and eight companies belonging to business and industrial associations.

This study begins by presenting the evolution of Portuguese industry and industrial associations, focusing on the most significant changes that occurred and on the functions performed by these associations. Subsequently, the host institution – AIDA – is described and the activities carried out during the internship on the institution are presented. Then, after explaining the methodology used, the data collected during the interviews conducted to businesspersons is analysed. Finally, conclusions are drawn and scenarios for the future are foreseen.

This study allowed us to recognize the important role that business and industrial associations play for companies and regions. However, there are still changes to be made, in order to improve the work of these organisations and meet the aspirations and company's needs.

Índice

Introdução	1
1. Evolução da indústria e do associativismo industrial em Portugal	3
1.1 A evolução da indústria portuguesa	3
1.1.1 Século XVIII – o difícil arranque da industrialização portuguesa	3
1.1.2 Século XIX - Da crise ao verdadeiro arranque da Indústria	6
1.1.3 Século XX - Da República à democracia, passando pelo Estado Novo	9
1.2 O associativismo industrial em Portugal	16
1.2.1 Das origens ao Estado Novo	16
1.2.2 Democracia como fomento ao associativismo industrial	18
1.2.3 Funções e atividades de uma associação industrial	19
2. Caracterização do distrito e do organismo de acolhimento	21
2.1. Breve caracterização do Distrito de Aveiro	21
2.2. Breve caracterização do tecido empresarial no distrito de Aveiro	24
2.2.1. Atividade económica	24
2.2.2. Demografia empresarial	29
2.2.3. Comércio internacional	31
2.2.4. Ranking das maiores empresas do distrito de Aveiro	34
2.3. Caracterização da Entidade de Acolhimento.....	36
2.3.1. Apresentação.....	36
2.3.2. Localização.....	36
2.3.3. Antecedentes Históricos.....	37
2.3.4. Missão, Visão e Valores	41
2.3.5. Serviços prestados	42
2.3.6. Caraterização dos recursos humanos.....	44
3. Atividades desenvolvidas ao longo do estágio	47
3.1. 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro.....	47
3.2. Eventos.....	51
3.3. Projetos.....	52
3.3.1. Aveiro Empreendedor	52
3.3.2. EEN – Enterprise Europe Network.....	54
3.3.3. SIGAME	56
3.4. Missões Empresariais.....	57

3.5.	Seminários.....	58
3.5.1.	Seminário Especializado: FRANCHISING: UMA ESTRATÉGIA A SEGUIR PELA SUA EMPRESA?	58
3.5.2.	Seminário Especializado: “ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR OS CUSTOS LOGÍSTICOS”	59
3.5.3.	Seminário Especializado: NETWORKING EM REDES SOCIAIS: CONVERTA CONTACTOS EM NEGÓCIOS	60
3.5.4.	Seminário: FATURA ELETRÓNICA E NOVO REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO	60
3.5.5.	Seminário: ORÇAMENTO DE ESTADO 2013.....	61
3.6.	Publicações	62
3.6.1.	Revista InfoAIDA	62
3.6.2.	AIDAnews.....	62
3.6.3.	NewsPALOP’s.....	63
3.6.4.	Livro 25 anos.....	66
3.6.5.	1º Diretório Bilingue das Empresas da Região de Aveiro.....	66
3.7.	Associados da AIDA.....	67
3.8.	Comunicação Externa	68
3.9.	Outras tarefas	68
4.	O papel do associativismo no tecido empresarial do distrito de Aveiro	70
4.1.	Metodologia.....	70
4.1.1.	Construção da investigação: os contornos metodológicos.....	70
4.1.2.	Paradigmas de investigação	70
4.1.3.	Instrumentos de recolha informação	72
4.1.3.1.	Análise documental.....	72
4.1.3.2.	Diário de atividades profissionais	73
4.1.3.3.	Dados de fontes secundárias	74
4.1.3.4.	Entrevistas	74
4.2.	Análise dos resultados	77
4.2.1.	Análise dos dados	77
4.2.1.1.	Primeira Dimensão – Serviços das Associações	78
4.2.1.2.	Segunda Dimensão – Realidade das Associações	83
4.2.1.3.	Terceira Dimensão – Mudança Necessária	87
5.	Conclusão	90
5.1.	Considerações finais	90
5.2.	Limitações do estudo	93

5.3. Trabalho futuro	93
Referências Bibliográficas	94
Anexos	100

Índice de Imagens

Imagem 1 Mapa do distrito de Aveiro	21
Imagem 2 Logótipo da AIDA.....	36
Imagem 3 Interior do Edifício-Sede da AIDA.....	37

Índice de Quadros

Quadro 1 Resumo dos temas desenvolvidos no AIDAnews, no âmbito do estágio	63
Quadro 2 Resumo das notícias recolhidas para o NewsPALOP's	64

Índice de Gráficos

Gráfico 1 VAB Industrial da Indústria Transformadora no distrito de Aveiro (% do país) ..	25
Gráfico 2 Percentagem de Exportações da Indústria Transformadora no distrito de Aveiro (% do país)	26
Gráfico 3 Volume de Negócios das empresas nas NUT III do Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga entre 2007 e 2010	26

Índice de Tabelas

Tabela 1 População do distrito de Aveiro por níveis de escolaridade em 2011.....	24
Tabela 2 Dados do Setor Industrial do distrito de Aveiro, por concelhos	29
Tabela 3 Percentagem de empresas por número de trabalhadores no distrito de Aveiro	30
Tabela 4 Comércio Internacional declarado de mercadorias por sede dos operadores, no distrito de Aveiro	31
Tabela 5 Comércio Internacional declarado de mercadorias por sede dos operadores, no distrito de Aveiro, por concelhos	32
Tabela 6 Maiores empresas do distrito de Aveiro, por categorias específicas.....	35
Tabela 7 10 maiores empresas do distrito de Aveiro em 2012	35
Tabela 8 Ênfases sobre as Pesquisas Quantitativas, Qualitativas e Mistas	71
Tabela 9 Empresas entrevistadas.....	76
Tabela 10 Categoria – Motivação para a procura dos serviços (Primeira Dimensão)	79
Tabela 11 Subcategoria – Pontos Positivos (Primeira Dimensão – Segunda Categoria)	81
Tabela 12 Subcategoria – Pontos Negativos (Primeira Dimensão – Segunda categoria)...	82
Tabela 13 Categoria – Vantagens das Associações (Segunda Dimensão)	84
Tabela 14 Categoria – Desvantagens das Associações (Segunda Dimensão)	86
Tabela 15 Categoria – Mudança no Papel das Associações (Terceira Dimensão)	87

Índice de Anexos

Anexo I- Organograma da Entidade de Acolhimento (AIDA).....	101
Anexo II- Guião das entrevistas às empresas.....	103
Anexo III- Guião da entrevista a Diretora-Geral da AIDA	105

Lista de Siglas e Abreviaturas

AEP - Associação Empresarial de Portugal

AFIA - Associação de Fabricantes Indústria Automóvel

AGIR - Agência de Desenvolvimento Regional

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro

AIP - Associação Industrial Portuguesa

AM&A - Augusto Mateus & Associados

ANAREC - Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis

ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas

APG - Associação Portuguesa de Gestão das Pessoas

APMI - Associação Portuguesa de Manutenção Industrial

APPB - Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis

ASSOFT - Associação Portuguesa de Software

CCILF - Câmara do Comércio e Indústria Luso Francês

CEE - Comunidade Económica e Europeia

CIP - Confederação Empresarial de Portugal

CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

COTEC Portugal - Associação empresarial para a inovação;

CUF - Companhia União Fabril

EEN - Enterprise Europe Network

EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSE - Fundo Social Europeu

GCI - Gabinete de Comunicação e Imagem

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IEUA - Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro

INE - Instituto Nacional de Estatística

INFORMESP – Instituto de Especialização Formativa e Estudos Empresariais

INOVA RIA - Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro;

NUT - Unidades Territoriais Estatísticas

OECE - Organização para a Cooperação Económica Europeia

PEDIP - Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa

PME - Pequena e Média Empresa

PT - Portugal Telecom

SIGAME - Sistema de Informação Geográfica de Apoio à Metalurgia e Eletromecânica

SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento

TICE - Pólo de Competitividade das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica

VAB - Valor Acrescentado Bruto

Introdução

O presente relatório foi realizado no âmbito do Mestrado em Administração e Gestão Pública da Universidade de Aveiro e é resultado de um estágio curricular realizado ao longo do último ano de ensino.

O interesse em realizar o estágio teve como principal objetivo aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo destes anos de estudo na Universidade de Aveiro num contexto empresarial e assim vivenciar uma experiência profissional, que resultou na aquisição de ainda mais saberes.

O estágio curricular foi realizado na Associação Industrial do Distrito de Aveiro - AIDA, uma associação que desenvolve trabalho para e com as empresas da região de Aveiro, sendo que articula muitas das suas atividades com organismos do Estado e da Administração Pública, o que se enquadrava nas características do Mestrado. Este estágio foi desenvolvido no Gabinete de Comunicação e Imagem da AIDA, com uma duração aproximada de 6 meses, tendo sido iniciado no dia 8 de outubro de 2012 e terminado no dia 31 de março de 2013, efetivando 749 horas de trabalho.

O interesse inicial para a realização do estágio deveu-se à aprendizagem obtida no mestrado, principalmente ao ênfase dado aos processos de mudança na Administração Pública, com a necessidade de orientar a mesma para as respostas às novas exigências da sociedade, incluindo o desenvolvimento industrial.

Assim, o objetivo principal do estágio na AIDA foi analisar o papel do associativismo industrial no tecido empresarial do distrito de Aveiro, observando a sua realidade diária. Esta análise pareceu-nos importante, visto que, hoje em dia, as empresas representam uma grande fatia da balança comercial do nosso país e têm sido a alavanca para a recuperação económica de Portugal, nomeadamente através das exportações. Com vista à prossecução deste objetivo, tentou-se perceber que serviços e projetos desenvolve uma associação empresarial/industrial em prol dos seus associados e das empresas em geral, de forma a gerar mais-valias para os seus profissionais e dirigentes para que o tecido

empresarial continue forte e empenhado em gerar resultados positivos e a progredir. Para além disso, procurou-se avaliar como as empresas veem o trabalho desenvolvido pelas associações e que perspetivas de futuro têm para estas entidades.

O presente relatório é composto por 5 capítulos. Após a introdução, é apresentada a evolução da indústria portuguesa e do associativismo industrial ao longo do tempo, focando as alterações mais significativas ocorridas e referindo as funções desempenhadas pelas mesmas associações. Posteriormente, é analisado o Organismo de Acolhimento, enquadrando a sua região, a sua indústria e o seu funcionamento. Depois, são relatadas as atividades realizadas ao longo do estágio na Associação Industrial de acolhimento. Seguidamente, e após a explicação da metodologia utilizada, é apresentada a análise das entrevistas realizadas a empresários. Finalmente, são apresentadas as conclusões finais, obtidas após a execução do estágio e a análise de dados, sendo apresentadas perspetivas para o futuro.

1. Evolução da indústria e do associativismo industrial em Portugal

1.1 A evolução da indústria portuguesa

Se considerarmos a palavra *indústria* na sua interpretação restrita de “atividade económica que se baseia numa técnica, dominada, em geral, pela presença de máquinas ou maquinismos, para transformar matérias-primas em bens de produção e de consumo” (EDITORA, 2012), pouco se pode falar da mesma no período da Idade Média.

Contudo, se considerarmos a palavra *indústria* no seu significado de “habilidade para fazer alguma coisa” (EDITORA, 2012), muito encontramos nesta época que descreve os princípios da indústria.

Com as sociedades europeias geralmente dedicadas às atividades rurais e agrícolas, onde se suportava a maior parte dos rendimentos familiares e de sustento, surgiu, nos inícios do século XVIII, “uma vasta circulação mercantil, da maior disponibilidade de capitais e da nova organização de crédito” (LAINS et al., 2005, p. 163), que fizeram nascer as atividades industriais nas suas mais variadas formas.

Assim, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, e com a aplicação de sistemas de produção mecanizados o artesanato deixa de ser a forma de produzir mais utilizada. Dava-se assim, a Revolução Industrial, com início na Inglaterra. Uma revolução que viria a mudar o mundo, principalmente a Europa, e claro, também o nosso país.

1.1.1 Século XVIII - o difícil arranque da industrialização portuguesa

No século XVIII, “a sociedade portuguesa era constituída, na sua larga maioria, por famílias camponesas, que dispunham de rendimentos que com frequência pouco se elevavam acima do limiar da subsistência” (LAINS et al., 2005, p. 163). Contudo, era prática portuguesa fabricar caseiramente panos de linho, camisas e roupa interior, que

conseguiram surpreender “um viajante inglês pela abundância dos panos e das toalhas nos lares portugueses mesmo nos mais pobres” (LAINS et al., 2005, p. 164).

Considera-se, assim, que os primeiros trabalhos industriais foram na área do vestuário, que rapidamente se espalhou para a do calçado, ao fabrico de socos e tamancos, terminando nos primeiros trabalhos industriais na área da habitação, com a produção de pequenas quantidades de telhas, tijolos e vidros.

A procura das famílias era em boa parte satisfeita localmente, à quais “respondia um aparelho industrial tradicional, em que só a custo penetravam as inovações” (LAINS et al., 2005, p. 164), sendo assim pouca a procura de matérias manufaturadas.

Perante a maior parte do mundo rural português, lento e com baixo crescimento demográfico, surgiu um mercado urbano muito importante, Lisboa. Sustentado pelo comércio para as colónias e pelas ligações com mercados da Europa, a capital viveu uma ligeira agitação industrial.

Essa agitação industrial foi fruto de um novo impulso industrial, com uma dimensão sem precedentes. Se, ainda no início deste século, se tinha tentado alavancar a indústria com o primeiro e o segundo «surto industrial», patronizados pelo 3º conde de Ericeira, no combate ao “grave problema de uma balança comercial extremamente deficitária” (MACEDO, 1982, p. 27), seria a vez de Marquês de Pombal e do seu governo fazer nascer o «fomento industrial pombalino». É com Portugal, na segunda metade do século XVIII, a viver ainda em resultado de diversas vicissitudes, como a crise económica e a recuperação do terramoto em Lisboa (1755), sofrendo ainda com “uma agricultura atrasada e um fraco desenvolvimento das atividades industriais, reduzidas a um número reduzido de manufaturas, (...) bem como a diminuição das remessas de ouro e diamantes do Brasil” (PROENÇA, 2010a, p. 56), que “se ergue esta política manufatureira pombalina” (RODRIGUES et al., 1999, p. 164).

Assim, com a intenção de controlar a política industrial, o Marquês de Pombal cria a Junta de Comércio que servia, citando Manuel Rodrigues e José Mendes (1999, p. 165), “como uma placa giratória que coordenava e promovia e tutelava os interesses do comércio com a indústria.

O Estado pombalino quis controlar diretamente a indústria e o comércio do país, tendo para tal, concedido privilégios reais a certas companhias, fomentando, deste modo, as companhias monopolistas. Este lançamento das manufaturas pelo Estado com o seu alto patrocínio, era uma tentativa de “ultrapassar os obstáculos que se colocavam ao aumento da produção, criando lugares próprios para a transmissão do saber técnico” (LAINS et al., 2005, p. 198). Porém, os incentivos não se limitavam, às produções de luxo, às Reais Fábricas ou às grandes manufaturas. “Pequenas oficinas beneficiaram do apoio do Estado e de melhoramentos técnicos e o leque de produções contempladas pela proteção régia era muito mais amplo do que nos reinados anteriores” (LAINS et al., 2005, p. 199). Nota desse facto, é 80% das fábricas existentes terem sido registadas aquando “da Junta do Comércio e durante a sua existência, até à reforma de D. Maria I” (RODRIGUES et al., 1999, p. 169).

O último quartel do século XVIII é um tempo de transição. Sobretudo na Inglaterra, “polarizou-se e precipitou-se uma transformação técnica que alterou profundamente o modo de produção industrial” (MACEDO, 1982, p. 169). A esta transformação foi dada a designação de Revolução Industrial. Em Portugal, o “processo é ainda lento, sinuoso e cheio de dificuldades” (RODRIGUES et al., 1999, p. 172). É abandonado o plano de fomento de Marquês de Pombal, após a morte do rei D. José I em 1777, e é desenvolvida uma nova linha de ação, um plano protecionista. Para compensar a “saída de Pombal do ministério, e a extinção das companhias, que lhe seguiram” (AZEVEDO, 1988, p. 440), o Estado decide implementar medidas de “substituição das importações, possibilitada, pela intervenção do Estado, que, através de disposições protetoras ou mesmo proibitivas, modificou consideravelmente as condições da concorrência internacional” (LAINS et al., 2005, p. 199).

Na viragem para o século XIX, em comparação com o passado, Portugal já tinha “diversas unidades produtivas, que se deslocaram para o litoral. Com os padrões de implantação regional da indústria, desenvolveu-se a produção oficial e doméstica” (LAINS et al., 2005, p. 204) e nasceram novos setores industriais, com especial destaque para o setor da produção de tecidos de algodão. A capacidade técnica da nossa manufatura foi reforçada, com a introdução de novos mecanismos, pela “adoção de

modos de produção mais concentrados, como pelo recrutamento de peritos no estrangeiro” (LAINS et al., 2005, p. 204).

Sendo estipulada a forte “proteção do Estado, tanto no mercado interno como na exportação ultramarina” (LAINS et al., 2005, p. 208), a transição entre os séculos XVIII e XIX, conhece um movimento industrial alargado. Aumentam as importações de matérias-primas e de vários produtos semiacabados bem como de máquinas diversas, para se ajustarem as solicitações dos mercados exteriores, principalmente para mercado colonial do Brasil.

Todos estes indicadores mostram que “a indústria portuguesa na viragem do século XVIII para o século XIX estava em franco crescimento” (RODRIGUES et al., 1999, p. 172).

1.1.2 Século XIX - Da crise ao verdadeiro arranque da Indústria

A conjuntura do final do século anterior era extremamente positiva. Contudo, “não tendo resultado de um seguro alargamento do consumo interno nem de duráveis vantagens competitivas na exportação, rapidamente se deu lugar à crise” (LAINS et al., 2005, p. 208).

A crise e o atraso da industrialização na primeira parte do século deram-se a dois importantes fatores: as Invasões Francesas, de 1807 a 1810, e o contexto político-legislativo. Porém para Pedreira (1987, p. 565), “a explicação da decadência, do encerramento do ciclo de prosperidade, deveria procurar-se em primeiro lugar na explosiva conjuntura que envolveu a Guerra Peninsular, a rutura do Pacto Colonial, a dependência em relação à Grã-Bretanha, e só depois, em muito menor escala, na era posterior das lutas liberais”. A verdade é que os conflitos e a guerra que ocorreram no nosso território tiveram efeitos negativos e “diretos na agricultura, no comércio e na indústria, provocando seguramente alguma contração na atividade económica” (LAINS et al., 2008, p. 262). Da mesma forma, as alterações políticas provocadas pela saída da corte de D. João e do seu governo, causando posteriormente a independência do Brasil, produziram “uma maior concorrência de produtos importados em contrabando em Portugal e quebra nas exportações para mercados coloniais, prejudicando setores importantes da atividade manufatureira” (LAINS et al., 2008, p. 261).

Contudo, apesar do contexto de crise, as “inovações iam sendo introduzidas através de algumas unidades entretanto criadas ou em estabelecimentos já existentes, em vias de modernização” (RODRIGUES et al., 1999, p. 183). Em 1820 apareceram as primeiras máquinas a vapor em Portugal. Assistia-se a um papel do Estado bastante alargado “intervindo direta ou indiretamente na criação de unidades industriais concentradas geograficamente e operando sob uma mesma direção” (LAINS et al., 2008, p. 261), traduzindo-se num “esforço apreciável no sentido da criação do reapetrechamento de manufaturas e oficinas” (SERRÃO, 1978, p. 20)

Com a revolução liberal, em 1820, e a instauração do liberalismo, em 1834, e os constantes conflitos internos, o ritmo da industrialização voltou a diminuir. Entre as várias razões para o sucedido, uma das mais importantes deveu-se ao facto de o governo e das cortes decidirem dedicar muita da sua atenção à agricultura, deixando de parte a indústria, “deixando-a com falta de capitais disponíveis e na difícil e permanente tarefa de atamancar embaraços financeiros correntes” (SERRÃO, 1978, p. 20). Para combater tal situação, muitas das fábricas optaram por se fundir a outras do mesmo setor criando dezenas de, denominadas, grandes fábricas. Com o “apogeu da secundarização da indústria em relação à agricultura, surgiram os primeiros movimentos de associativismo industrial, provocando reações empresarias e um virar de página para muitas das fábricas” (LAINS et al., 2005, p. 210).

A partir da segunda metade do século XIX, tudo se transfigurou na industrialização portuguesa. A regeneração ocorrida em Portugal, em 1851, que “veio pôr termo à divisão entre cartistas e setembristas, terminando com as lutas entre estas duas fações” (PROENÇA, 2010b, p. 64) tratou de transformar a sociedade portuguesa.

No caso do setor industrial, com forte intervenção de Fontes Pereira de Melo, o país passou a beneficiar de investimento estrangeiro e, paralelamente, “a economia portuguesa beneficiava da possibilidade de importar bens alimentares, essenciais para a população, bem como de produtos intermédios para a indústria” (LAINS et al., 2008, p. 271). Com a Regeneração inicia-se igualmente em Portugal uma verdadeira revolução nos transportes, onde anteriormente “com uma rede de estradas deficientíssima e sem comboio, somente o recurso à navegação contribuía para atenuar as dificuldades”

(RODRIGUES et al., 1999, p. 208). Porém, após a insurreição militar de 1851, era inaugurado o “primeiro troço para comboios, de Lisboa ao Carregado, (36 quilómetros), que foi construído entre 1851 e 1856. Após a inauguração desta linha férrea, a rede ferroviária continuou a crescer, mas a um ritmo muito mais acelerado, de tal modo que nos meados da década de 1880 já estavam construídos 1500 quilómetros de vias-férreas” (PROENÇA, 2010b, p. 76). A chegada do comboio foi um dos mais importantes contributos para a industrialização do nosso país, pois reduziu custos e “facilitou a circulação das matérias-primas, das tecnologias, dos produtos, das pessoas e das próprias inovações” (RODRIGUES et al., 1999, p. 214).

As tendências de industrialização da economia portuguesa na época estão manifestadas, no facto de, por exemplo, “o setor industrial ter passado de cerca de 13% do PIB em 1850 para cerca de 27% em 1910. (...) Esta alteração estrutural foi o resultado de um crescimento do produto industrial de cerca de 2,4% ao ano, quando o setor agrário cresceu apenas à taxa de 0,78% ao ano entre as mesmas datas” (LAINS et al., 2008, p. 272). Assim, instalaram-se novas fábricas no nosso país, proporcionadas pela “consolidação dos progressos em domínios típicos da primeira fase da industrialização, como a chegada da inovação e da tecnologia, características da segunda revolução industrial” (RODRIGUES et al., 1999, p. 252), conduzindo à “desestruturação da sociedade tradicional portuguesa, que caminhava para um equilíbrio novo, designado de capitalismo industrial” (SERRÃO, 1978, p. 24).

Em finais do século XIX, e “apesar dos sinais positivos dados pelo crescimento industrial em Portugal, a verdade é que a industrialização da economia acabou por não ser suficiente para recuperar o atraso relativamente aos países mais industrializados, uma vez que não ultrapassou o ritmo de crescimento industrial dos países mais avançados” (LAINS et al., 2008, p. 272), referindo-se a países como Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Espanha. O nosso país, apesar das inúmeras tentativas, também nunca pôs termo à “forçada vassalagem com o reino e o comércio britânico, favorecendo com privilégios, empréstimos e concessões várias a indústria britânica” (AZEVEDO, 1988, p. 423). Para além desses motivos, Portugal ainda tinha uma baixa produtividade, resultante da

diminuta dimensão da sua exportação, e o problema de que “cerca de 44% da população industrial ainda trabalhava em pequenas oficinas artesanais” (PROENÇA, 2010b, p. 78).

1.1.3 Século XX - Da República à democracia, passando pelo Estado Novo

O início do século XX português manteve as características do último decénio do século transato. A estrutura agrária mantinha-se estável e a indústria caracterizava-se por “uma fraca estrutura, que dependia do capital estrangeiro, principalmente do inglês. Os têxteis constituíam a principal atividade industrial, mas não tinham grande peso no valor das exportações” (FERRAZ, 1975, p. 461). Porém, e apesar da agitação social e política que se viveu na 1ª república, instalaram-se em Portugal “algumas indústrias modernas, como foi o caso das indústrias químicas e do cimento” (FERRAZ, 1975, p. 461), que contudo, foram poucas para o que se pedia do país. Aliás, para Ferraz (1975, p. 462), o primeiro quartel do século XX demonstrava um Portugal industrial como “subdesenvolvido, contendo esta classificação o significado de uma economia estruturalmente rural, dependente de setores primários, com uma insignificante e não produtiva produção industrial”.

A “28 de maio de 1926, o general Gomes da Costa, iniciou, a partir de Braga, um movimento militar que avançou até Lisboa sem encontrar oposição” (PROENÇA, 2009, p. 45) que viria a ocasionar a mais longa ditadura da Europa Ocidental. Tanto como ministro, como, chefe do Estado Novo, Oliveira de Salazar executa um plano de reorganização social e de reforma do Estado, demonstrando ao país uma política dura e de austeridade. Contudo, e provavelmente um dos factos mais relevantes na política de Salazar foi a sua política financeira rígida, sendo que, por exemplo, logo em 1929 “publica o primeiro orçamento anual com um ligeiro saldo positivo, um *superavit* que não fora atingido por nenhum governo anterior” (RODRIGUES et al., 1999, p. 282). Precisamente nesse mesmo ano, ocorre a Grande Depressão nos Estados Unidos, despontada pelo *crash* da bolsa americana, que resultou na “rutura do sistema monetário internacional e na formação de blocos monetários e comerciais” (RODRIGUES et al., 1999, p. 283).

Porém, como refere Rosas (1994, p. 872), a Grande Depressão abriu uma “oportunidade prática, uma necessidade que era um estímulo imediato à produção industrial substitutiva de importações. Gerou, com isso, uma doutrina sobre o

desenvolvimento económico assente no «fomento industrial», na «indústria-locomotiva» da modernização e, conseqüentemente, na negação do dogma do «país essencialmente agrícola» ”.

A indústria nos inícios da década de 30 sentia ainda várias dificuldades e pedia auxílio ao governo, algo que Salazar não rejeitou, aproveitando para aumentar a sua pauta protecionista, dando “início à política do condicionamento industrial e de corporativização da indústria” (RODRIGUES et al., 1999, p. 287). A política seguida levou a uma vasta lista de concentrações, cartelizações e monopolizações industriais que, acrescentado o período da II Guerra Mundial, criou um “«espaço» indispensável para ocupar o mercado nacional, deixado livre pela concorrência de mercadorias e capitais estrangeiros” (ROSAS, 1994, p. 873). Dentro dessas condições favoráveis destacam-se: “a conclusão das indústrias de base já em curso, a instalação da siderurgia, o desenvolvimento das vias de comunicação e dos meios de transporte e o desenvolvimento das indústrias de refinação do petróleo e adubo” (PROENÇA, 2009, p. 82).

Já nos meados da década de quarenta, é extinto o Ministério da Agricultura, sendo incluído no mega Ministério da Economia que defende para a indústria 5 grandes medidas para a “intitulada «reorganização industrial»:

1. Concentração industrial;
2. Apetrechamento técnico e modernização das empresas;
3. Incremento da qualidade dos produtos;
4. Reforço da política de proteção à indústria;
5. Reserva do mercado nacional para o investimento português” (RODRIGUES et al., 1999, p. 320).

O lançamento desta ‘ofensiva industrialista’ realiza-se num quadro de “otimismo sobre as perspectivas de recuperação da economia e do papel que o Estado poderia desempenhar para alcançar uma maior prosperidade do país” (LAINS, 1994, p. 924). Contudo, “a economia portuguesa viu-se confrontada com as dificuldades do pós-guerra. Assistiu-se à saída de capitais que a ela afluíram durante o período de guerra (...) o que originou um movimento deflacionário” (RODRIGUES et al., 1999, p. 324).

A Europa saiu destruída da segunda guerra mundial, tendo-se erguido só após o Plano Marshall¹. Portugal não ficou de fora do mesmo e decidiu integrar o grupo de países participantes deste plano, vindo a usufruir de uma “pequena ajuda, de cerca de 54 milhões de dólares, que contribuiu para o arranque incipiente da industrialização” (RODRIGUES et al., 1999, p. 324).

No início da segunda metade do século XX, a “maioria da indústria vive nas margens da doutrina associativa do Estado Novo” (MADUREIRA, 1998, p. 792). Nesse período, o governo salazarista passa a olhar para os mercados externos, sabendo que o nosso país “detinha algumas vantagens comparativas, nomeadamente [nos setores] mais intensivos na utilização de mão-de-obra” (MADUREIRA, 1998, p. 792), sendo lançado o 1º Plano de Fomento (1953-1958).

Este plano, por muitos autores considerado a ponte entre o «Portugal agrícola» e o «Portugal industrializado», centrou-se na contenda do apelo à iniciativa privada, sendo o Estado responsável por dar condições a essas iniciativas. Com o 1º Plano de Fomento, deu-se início às “políticas de investimento em infraestruturas públicas necessárias às atividades produtivas, promoção do investimento em setores industriais estratégicos capital-incentivos e políticas fiscais de crédito incentivadoras da industrialização e da reorganização das indústrias tradicionais” (SILVA et al., 2010, p. 193). Para além destas políticas, uma bastante importante e anexada a este Plano de Fomento, foi a pequena mudança no significado do ensino, com o incremento do ensino técnico como apoiante dos projetos de industrialização.

Aproveitando as conclusões do II Congresso da Indústria e dos Economistas Portugueses, realizado em 1957, o governo salazarista lança o 2º Plano de Fomento (1959-1964). Dentro “das principais referências a este novo plano, encontramos a descrição da agricultura como apenas um meio de suporte da indústria” (NEVES, 1994a, p. 1019). A indústria “beneficia assim de fortes incentivos, ajudados pelo crescimento global da economia, (...) pelo alargamento do mercado interno e (...) da procura internacional das condições de abertura da economia portuguesa e pelos estímulos da política económica” (RODRIGUES et al., 1999, p. 332).

¹ Programa norte-americano destinado a recuperar as economias dos países do ocidente e sul da Europa, profundamente abaladas com a Segunda Guerra Mundial.

Com estas condições e com esta visão exposta no mercado internacional, “o nosso país foi membro da OECE (Organização para a Cooperação Económica Europeia) e, (...) aderiu à EFTA (European Free Trade Association), organização criada em 1960” (PROENÇA, 2009, p. 80). Em relação a esta última, a perspetiva dos ganhos que a associação poderia trazer para a economia portuguesa, “os quais teriam necessariamente de estar associados ao aumento das exportações” (NEVES, 1994a, p. 1009), fez com que Portugal passasse a integrar-se numa estrutura europeia, pois Portugal não teria pretensões a juntar-se à recente Comunidade Económica Europeia (CEE), para defender o seu império colonial. Assim, a política económica portuguesa, na década de 60, considerava “duas trajetórias de internacionalização: o desenvolvimento das relações com as províncias ultramarinas e a participação direta nos movimentos de integração económica europeia” (CONFRARIA, 1995, p. 15).

A adesão à EFTA permitiu uma maior abrangência no investimento estrangeiro e nos acordos bilaterais com os primordiais países europeus, sendo, por isso, um dos marcos mais bem-sucedidos da nossa política industrial.

Com a economia portuguesa no seu denominado «período de ouro», Portugal assiste à doença, em 1968, e morte, em 1970, de Oliveira de Salazar. Devido a tal facto, toma a chefia do Estado, Marcelo Caetano, que inicia o seu ensaio de “primavera marcelista”. Com o mesmo chega o 3º Plano de Fomento (1968-1973) que tenta revogar o condicionamento industrial e consolidar a posição dos grupos económicos. Contudo, o mais importante deste plano é o constante “predomínio da iniciativa privada e da lógica do mercado no funcionamento da economia e o levantamento das restrições à penetração do capital estrangeiro” (RODRIGUES et al., 1999, p. 337). Para além destas medidas, destacam-se outras, como a intervenção direta do Estado na modernização industrial; bem como “a inclusão de «aspectos sociais» nos planos de investimento” (NEVES, 1994a, p. 1019) ao considerarem elementos como «habitação» e «saúde» importantes para o crescimento do nosso país; ou a promoção da renegação da classe industrial e do incentivo a inovadores projetos na área industrial.

Em 1973, o crescimento mundial abranda, resultado da crise da dívida dos países do leste, bem como do 1º choque petrolífero, sendo que esta crise pôs termo à “época de

ouro do crescimento da Europa” (RODRIGUES et al., 1999, p. 342), e também de Portugal, que, “entre 1951 e 1973, teve o ciclo mais positivo de crescimento tendencial da produtividade industrial no século XX e um período dourado de crescimento global da economia” (SILVA et al., 2010, p. 193).

O último quartel do século XX é um tempo com efeitos de desaceleração e aceleração do nosso crescimento. As primeiras mudanças, ocorridas entre 1974 e 1976, foram em si mesmas, “um choque fundamental, alterando completamente o quadro institucional da atividade económica” (RODRIGUES et al., 1999, p. 342). Com a Revolução dos Cravos, de 25 Abril de 1974, surgiram várias transformações, o que levou, por exemplo, “às nacionalizações dos setores básicos da economia, à destruição dos principais grupos económicos privados e à Reforma Agrária” (PROENÇA, 2009, p. 122).

Começava então, nos meses finais de 1976, o “ longo processo de eliminação dos efeitos da revolução sobre a propriedade e a produção dos dois anos revolucionários” (NEVES, 1994a, p. 1022).

Portugal enfrentava, neste período, graves problemas, como a crise económica europeia, a contração da imigração e a chegada dos retornados que provocaram um conjunto de dificuldades a nível social. De facto, “as taxas de crescimento da economia sofreram uma redução significativa no período de 1973 a 1994, se comparadas com as registadas entre 1947 e 1973” (RODRIGUES et al., 1999, p. 342), sendo que, para além disso, a nossa nação era ainda “relativamente pobre em capital físico e humano, facto que espelhava o baixo nível de *rendimento per capita* e refletia o facto de os níveis de formação de capital fixo terem sido, em Portugal, sempre inferiores aos do resto da Europa” (LAINS, 1994, p. 948).

Neste período conturbado, Portugal inicia negociações com vista à adesão à Comunidade Económica e Europeia (CEE), e assina, em 1977, o 1º acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para “enfrentar a crise económica e financeira, que impõe uma política de austeridade que provoca e origina uma fase conturbada na vida política nacional” (RODRIGUES et al., 1999, p. 353). Passados dois anos, Portugal sofre com as consequências do 2º choque petrolífero, trazendo ainda mais dificuldades à indústria.

Em contraponto, com o período de 1974 a 1984, a partir de 1985, a produtividade industrial voltou a crescer tendencialmente, graças à estabilização económica conseguida pelas medidas impostas pelo FMI, que voltou a Portugal em 1983. Segundo Neves (1994b, p. 152), “o FMI impôs um programa de estabilização que levou à flexibilidade dos mercados e a uma rápida recuperação do equilíbrio externo”. Em segundo lugar, deveu-se à adesão à CEE em 1986, que provocou na indústria um “aumento acelerado das exportações e das importações e um afluxo de elevados montantes de capitais estrangeiros, para além dos montantes muito consideráveis dos fundos estruturais (...) provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER, do Fundo Social Europeu - FSE, do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícolas – FEOGA e do Plano Especifico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa - PEDIP” (RODRIGUES et al., 1999, p. 360 - 361).

Para além destes fundos, Portugal desenvolveu o seu processo europeu integrando o Mercado Único Europeu, em 1993, e a Moeda Única Europeia, em 1999, reforçando a sua integração e criando para as empresas estabilidade macroeconómica como concorrência, aproveitando outras “condições internacionais favoráveis, com descidas das taxas de juro e do preço do petróleo, bem como a depreciação do dólar americano” (SILVA et al., 2010, p. 196). Aliás, segundo Rui Madaleno, na altura, Presidente da Associação Industrial Portuguesa, em 1993, “a indústria era um setor de atividade fundamental na economia portuguesa (...) que representava cerca de 35% do emprego, 37% do Produto Interno Bruto e 93% das exportações de bens portugueses” (MADALENO, 1993, p. 93).

Neste período, a par da privatização do setor financeiro, reanimou-se o mercado de capitais, sendo que “os grupos económicos de maior dimensão reconstituíram-se e voltaram a ter grande peso na economia e no processo de internacionalização. Aumentou o número de empresas estrangeiras a operar em Portugal e iniciou-se o processo de instalação de empresas portuguesas no estrangeiro, nomeadamente em Espanha” (RODRIGUES et al., 1999, p. 364).

O final do século XX deixa em aberto oportunidades para o crescimento económico português, apesar de alguns anos com dificuldades evidentes.

O Século XXI, e os 13 anos nele já percorridos, são caracterizados por uma indústria moderna num “mundo crescentemente globalizado, onde a concorrência se estabelece e se faz sentir a uma escala verdadeiramente planetária” (MATEUS, 2012, p. 9). O efeito da entrada da Moeda Única Europeia, o Euro, e principalmente a globalização, vieram alterar as indústrias. No caso português, a adesão ao Euro coincidiu “com uma década de fraco crescimento económico e divergência em relação à União Europeia, para além da intensificação da concorrência dos países emergentes e do Centro e Leste da Europa e das fragilidades estruturais que Portugal apresentava” (AGUIAR et al., 2010, p. 2).

Nesta década, “consta-se que a indústria portuguesa exibiu uma trajetória de crescimento da produção até 2007, que se inverteu a partir daí, e com esta evolução foi acompanhada por um decréscimo do emprego, bem como da produtividade” (MATEUS, 2012, p. 37). Aliás, segundo o INE (2012c), foi em 2007 que a proporção de criação de novas empresas no total de empresas ativas do país, atingiu o seu valor máximo (15,19%).

No final da primeira década do século XXI, Portugal viu agravados de forma significativa “os seus gravíssimos problemas estruturais, apesar de juros baixos, créditos superabundantes e investimentos elevados” (AMARAL, 2010, p. 26). Aliás, o final da década fica marcado pelo pacote de austeridade definido pela “Troika”, comandada pelo FMI, que faz assim a sua 3ª visita ao nosso país. Naturalmente, estas debilidades das contas nacionais criaram problemas as empresas portuguesas.

Contudo, num período de grave crise, muitos afirmam que para combater as dificuldades do setor secundário, Portugal e as suas indústrias “têm de passar de um modelo de crescimento económico extensivo, baseado em trabalho pouco qualificado e salários baixos, para um modelo de crescimento intensivo, feito através do aumento da produtividade, recorrendo para tal ao avanço tecnológico, à inovação e à qualificação do fator trabalho” (AMARAL, 2010, p. 56).

Apesar de a indústria portuguesa continuar a “basear excessivamente o seu posicionamento em fatores tradicionais da competitividade-custo e de forma muito tradicional” (MATEUS, 2012, p. 90), a internacionalização parece ser o rumo a seguir pelas indústrias portuguesas nos próximos anos, aproveitando “o mar português e a localização de Portugal, entre a Europa, as Américas e a África” (LEITE, 2010, p. 131).

A indústria portuguesa chega à atualidade com um crescimento assinalável, da produtividade e das saídas, “com um aumento muito expressivo da orientação exportadora e uma diversificação relevante dos mercados de destino das saídas” (MATEUS, 2012, p. 90). Prova disso é o facto de, num tempo de crise económica para o nosso país, as exportações nacionais serem a alavancagem para o crescimento.

Assim segundo, Mateus (2012, p. 95), para continuar a contribuir para o crescimento económico, a indústria portuguesa precisa de promover: “a tecnologia e o conhecimento; (...) apostar numa oferta diferenciadora; (...) avigorar a eficiência energética; (...) melhorar a sua competitividade; (...) inovar e ser empreendedoras; (...) requalificar os recursos humanos e (...) reforçar a sua presença internacionalmente”.

1.2 O associativismo industrial em Portugal

1.2.1 Das origens ao Estado Novo

As primeiras movimentações de associativismo empresarial apareceram nos primórdios do liberalismo em Portugal, em 1820. “Abolidas que foram as Corporações (por decreto de 1834, no contexto da revolução liberal), e iniciado então um tímido surto industrial, começam a surgir associações populares para responder às dificuldades quotidianas dos trabalhadores” (COELHO, 2008, p. 2), tentando atuar como grupos de pressão sobre os decisores do país.

Nas origens do associativismo industrial, merece destaque “a Sociedade Promotora da Indústria Nacional, fundada em Lisboa em 1822, precisamente no ano em que a Monarquia Constitucional iniciava o seu percurso” (RODRIGUES et al., 1999, p. 364). Esta associação chegou a apresentar os seus fins e medidas ao rei D. João VI, nesse mesmo ano. Contudo, conforme refere Pedreira (1987, p. 591), a “prossecução dos seus objetivos programáticos ficou muito aquém das expectativas, acabando por desempenhar um papel bastante apagado na promoção do adiantamento técnico, em particular na esfera industrial propriamente dita”.

Entre o liberalismo e a regeneração, outras novas associações empresariais foram criadas, em diversos locais do país, sendo que se fundaram duas importantes associações industriais, como a Associação Industrial Portuguesa e a Associação Industrial Portuense.

Visto que muitas das associações eram apenas criadas para golpes estratégicos junto do poder, em meados do século XIX, decorreram “avanços mas também recuos na ampliação do associativismo” (ALVES, 1996, p. 516). Exemplo disso foi, em meados da década de 1860 a Associação Promotora da Indústria Fabril, um organismo criado somente com o propósito de “combater a assinatura do tratado comercial com a França e fazer eleger para o Parlamento o seu principal mentor, Fradesso da Silveira. Frustrado o primeiro objetivo e conseguido o segundo, a associação desapareceu, reemergindo, alguns anos depois, quando o problema da pauta se voltou a pôr, em 1890” (MÓNICA, 1987, p. 850).

Nos finais da década de 1880, “a correlação de forças alterara-se decididamente a favor dos industriais” (MÓNICA, 1987, p. 851), mas não a favor do associativismo, pois assistiu-se a uma segmentação das associações por ramos de atividade. É, portanto, compreensível que, no início do século XX, “o número de associações existentes em Portugal fosse reduzido e pouco diversificado nos seus fins” (COELHO, 2008, p. 2).

Contudo, só o Estado Novo soube voltar a dar importância ao potencial do movimento associativo, “enquanto instrumento de organização social para submeter os cidadãos a um sistema rígido de controlo” (COELHO, 2008, p. 2), com a criação de “organizações estatais”. São disso exemplos incontornáveis as Cooperativas ou os Grémios entre indústrias.

No caso do Corporativismo, “o mesmo foi implementado pelo Estado Novo, como incentivo à cooperação entre produtores, com o propósito de reduzir os efeitos perversos da concorrência” (RODRIGUES et al., 1999, p. 292). Porém, o projeto de corporativismo de associação não resultou como o Estado Novo pretendia, devido essencialmente a dois fatores: em primeiro, porque as cooperativas eram impostas pelo Estado, e em segundo, porque parte destas não cumpriam os objetivos traçados pelo governo salazarista. Porém, apesar de não cumpridos os seus principais objetivos, os movimentos corporativistas foram os mais desenvolvidos pelo regime após o fim da 2ª Guerra Mundial, visto que

eram apresentados como “uma terceira via, alternativa ao liberalismo e ao socialismo, que eliminaria os conflitos entre as classes sociais” (LOPES, 1997, p. 271).

Já no caso dos Grémios, os mesmos foram criados para combater a génese do associativismo sindical e diminuir a influência do associativismo patronal. Deste modo, aos Grémios competia “a emissão de pareceres, a justificação ou recusa de abertura de novos estabelecimentos, de modificação ou ampliação das unidades existentes” (RODRIGUES et al., 1999, p. 299).

Durante o período do Estado Novo, foram poucas as associações industriais sobreviventes, mas note-se o facto importante, de neste período, se terem agregado várias indústrias, não num modo associativo, mas como Companhias Monopolistas, como é o caso da Companhia União Fabril (CUF), que tiveram bastante importância no desenvolvimento e na perspetiva governamental sobre a indústria.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, abrem-se novos horizontes ao associativismo, com a conquista de efetivos direitos de liberdade e de cidadania.

1.2.2 Democracia como fomento ao associativismo industrial

Com o 25 de Abril e “a extinção progressiva do sistema corporativo e a sua substituição por um aparelho administrativo adaptado às novas realidades políticas, económicas e sociais” (LOPES, 1997, p. 271), surgiram, entre 1974 e 1976, um abrangente conjunto de associações empresariais.

Com a adesão de Portugal à CEE, em 1986, “multiplicaram-se as oportunidades de participação da sociedade civil, através das suas organizações, em projetos e ações que foram sendo patentes sucessivamente nos regulamentos” (COELHO, 2008, p. 4) dos quatro quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do país (1989-2013).

É igualmente em 1986 que a CEE relança o objetivo da Coesão Económica e Social, e lança programas para a evolução da nossa economia, como sucedeu com o PEDIP - Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (1988-1992) e com o Plano Estratégico - PEDIP II (1994-1999). Segundo Vilaça (2011), nessa época “constatou-se, por exemplo, a existência de 11 associações industriais setoriais, apenas para a fileira

empresarial do têxtil, (...) e em 1993, estavam registadas 319 Associações Empresariais, 8 Uniões, 10 Federações e 3 Confederações”.

Já em pleno século XXI, e estimulados por legislação governamental, “só em 2004, 56 novas associações empresariais em Portugal” (VILAÇA, 2011) e, segundo a Associação Empresarial de Portugal (AEP), em 2011 existiam “no nosso país cerca de 700 organismos de representação empresarial, 8 mil dirigentes e 4 mil técnicos” (O MIRANTE, 2011). Sobre este número de associações, muitos afirmam que será difícil resistirem todas, outros julgam fundamental existir a disparidade associativista.

1.2.3 Funções e atividades de uma associação industrial

“O papel dos agentes e das suas capacidades de manobra tornou-se num assunto muito valorizado, ainda mais quando se tornou num assunto central para o funcionamento da economia” (REIS et al., 1992, p. 56) e, conseqüentemente, das indústrias. Assim, ao longo da evolução do associativismo industrial, encontramos maneiras diferentes de intervir ou de associação. Contudo, ninguém nega que “as associações industriais sempre tiveram um papel de intermediários, fazendo, a ponte entre o governo e as empresas individuais na sua formulação de objetivos” (CHAPPIN et al., 2008, p. 2). Para além desses fatores, “as associações industriais servem para fornecerem benefícios aos seus membros através da cooperação com outras empresas do setor e ajudar as mesmas através de auto regulação e códigos de prática” (NORDQVIST et al., 2010, p. 2).

Atualmente, verifica-se que o associativismo industrial “tende a organizar-se cada vez mais de forma abrangente, englobando no seu seio os diversos setores de atividade” (MARTINS, 1994, p. 4), tendo um papel principal em vários espaços territoriais.

O associativismo industrial “é de extrema importância, principalmente, num país em que a malha empresarial é maioritariamente constituída por PME” (MARTINS, 1994, p. 4). Ora, como referia Valdemar Coutinho, outrora Presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA), aquando da celebração dos 25 anos da associação, “é precisamente a pequena dimensão da maioria das nossas empresas que torna o associativismo empresarial essencial para que as empresas ganhem escala, força negocial

e se tornem competitivas. Hoje, mais do que nunca, o associativismo empresarial tem de ser assumido como uma estratégia de gestão” (AIDA, 2011, p. 14).

Assim, estas associações servem para colmatar as dificuldades que as empresas sentem nas ligações com o poder decisório do país e servem ainda para, entre outras várias coisas, difundir informação relevante e promover projetos e oportunidades de negócio. Também quanto à formação profissional o papel do associativismo “se revela capital, porquanto a sua adequação às necessidades reais da indústria” (MARTINS, 1994, p. 4), visto que são os empresários que dirigem os destinos das associações. Presentemente, um dos maiores desígnios dos organismos de representação empresarial prende-se com o financiamento e a internacionalização.

No campo do financiamento, o protagonismo das associações vai para a representação, a intermediação e a negociação de vários projetos. Para além disso, difundem informações pertinentes, prestam assistência jurídica e acompanham as indústrias na busca de prosperas condições financeiras para inovarem e acrescentarem valor ao que vendem.

Em relação à internacionalização, o associativismo industrial revela-se um instrumento capaz de facilitar o processo às empresas, pois, a nível interno, “dota-as de recursos humanos mais capazes, veicula-lhes a informação necessária: ao nível externo, representa-as, defende os seus interesses e codecide as políticas que as afetam” (MARTINS, 1994, p. 5). Aliás, nos últimos anos tem sido notório o incentivo para que as indústrias e os seus responsáveis conheçam os seus melhores mercados-alvo, levando a cabo inúmeras missões empresariais pelo mundo inteiro.

O futuro apresenta, assim, grandes desafios para as associações industriais.

2. Caracterização do distrito e do organismo de acolhimento

2.1. Breve caracterização do Distrito de Aveiro

Imagem 1 Mapa do distrito de Aveiro



Fonte: Google imagens

O distrito de Aveiro posiciona-se numa localização geográfica e estratégica singular no litoral centro de Portugal, dispondo de uma superfície territorial de 2.808 km², sendo rodeado pelos distritos do Porto, Viseu e Coimbra, situando-se entre as duas principais regiões metropolitanas portuguesas, designadamente as do Porto e de Lisboa.

O “distrito de Aveiro localiza-se, na sua maior parte, abaixo dos 100 metros de altitude, ocupando uma planície costeira que chega a ter cerca de 40 Km de largura na parte sul do distrito” (AIDA, 2008a, p. 18).

O distrito é assim constituído por 19 concelhos, distribuídos pela região Norte e pela região Centro. Na região Norte localizam-se sete dos seus concelhos, distribuídos por três sub-regiões:

- **NUT III Entre Douro e Vouga** – concelhos de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra,
- **NUT III Tâmega** – concelho de Castelo de Paiva
- **NUT III Grande Porto** – concelho de Espinho.

Na região Centro localizam-se os restantes doze concelhos do distrito, todos eles pertencentes a uma só sub-região:

- **NUT III Baixo Vouga** – concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

Neste território, importa referir e destacar a cidade de Aveiro, pela sua influência regional mais abrangente em detrimento das demais, sendo considerada a sede do distrito de Aveiro.

Com uma área territorial, conforme referida anteriormente, de 2.808 km² e uma população residente de cerca de 714 mil habitantes (INE, 2012d), o distrito de Aveiro atinge uma densidade populacional de 255 habitantes por km², valor que supera largamente a média nacional de 115 habitantes por km² (INE, 2012e, p. 19). Contudo, existem grandes disparidades entre os municípios quanto à sua população. Segundo os Censos de 2011, constata-se que o concelho mais povoado do distrito é o de Santa Maria da Feira com 139.312 habitantes, seguindo-se o de Aveiro com 78.450 habitantes, Oliveira de Azeméis com 68.611 habitantes e Ovar com 55.377 habitantes (INE, 2012d). O concelho de Espinho é o concelho que apresenta a maior densidade populacional do distrito - 1.505hab/km², com uma área territorial de apenas 21 km² e uma população residente de 31.786 pessoas. Em contraponto, aparecem os municípios de Castelo de Paiva, Murtosa e Sever do Vouga, com menores densidades populacionais e uma povoação dispersa. “O distrito de Aveiro segue a lógica da distribuição nacional, com maior densidade populacional nos concelhos do litoral, e destes os concelhos mais próximos do Grande Porto, e menor concentração nos concelhos do interior do distrito” (AIDA, 2010b, p. 4). Embora existam algumas diferenças em termos de densidade populacional, todos os concelhos do distrito de Aveiro reúnem condições essenciais para o constante desenvolvimento económico e social.

Uma das principais vantagens competitivas do distrito de Aveiro é, sem dúvida, as suas infraestruturas de transportes, sendo que, “o transporte assume e materializa a necessária ligação entre o passado e o futuro, numa ponte indispensável para um desenvolvimento sustentado e racional, sendo que as acessibilidades são um fator estratégico na economia” (AIDA, 2009, p. 5). A região de Aveiro não poupa esforços no

sentido de maximizar estas potencialidades, aproveitando fortemente “a proximidade ao aeroporto internacional Francisco Sá Carneiro, no Porto, e o rápido acesso aos portos de Aveiro e Leixões, que permitem uma ligação célere das empresas ao exterior e funcionam como uma porta aberta” (AIDA, 2013b, p. 5) aos vários mercados internacionais espalhados nos quatro cantos do mundo. Refira-se, ainda, “a existência de uma recente plataforma intermodal na região, permitindo a transmissão fácil de mercadorias para os mercados internacionais cuja estrutura combina as redes viárias, ferroviária e marítima, com ligação à Europa” (AIDA, 2013b, p. 5).

Quanto ao perfil económico do distrito, a taxa de desemprego do mesmo, que em 2012, situava-se próximo dos 11,8% (INE), mantém-se abaixo da média nacional, que no final de 2012 atingiu os 16,3% (INE), mostrando que a região apresenta assinaláveis números de empregabilidade e de capacidade de gerir empregos.

No que respeita ao ensino, a Universidade de Aveiro “funciona como âncora e principal promotor” (FERREIRA, 2013, p. 72) da região, sendo um verdadeiro esteio no desenvolvimento no distrito e que promove o nome da região pelo mundo fora. “Além da Universidade de Aveiro e dos seus polos estabelecidos estrategicamente no distrito, a região conta ainda com diversas instituições de Ensino Politécnico (...), que apresentam uma variada oferta em áreas técnicas e de gestão empresarial. Em relação, ao ensino técnico no distrito, é relevante o trabalho levado a cabo por diversas instituições públicas e privadas, que atuam no sentido de aumentar o grau de capacitação em variadas áreas técnicas” (AIDA, 2013b, p. 8).

Ao nível da educação, e analisando as habilitações literárias, verifica-se uma evolução muito positiva ao longo da última década (Ver tabela 1), pois, efetivamente, entre 2001 e 2011, a população apenas com o ensino básico diminuiu de 81% para 62%, enquanto a população com o ensino superior aumentou de 7% para 13% (INE, 2012d).

Tabela 1 População do distrito de Aveiro por níveis de escolaridade em 2011

Distrito de Aveiro	Nº de pessoas	%
Nenhum nível de escolaridade	52.165	7
Ensino Básico	435.119	62
Ensino Secundário	109.097	15
Ensino Pós-Secundário	6.192	1
Ensino Superior	95.141	13
Analfabetos	16.486	2

Fonte: INE (2012)

2.2. Breve caracterização do tecido empresarial no distrito de Aveiro

O distrito de Aveiro, ao longo das últimas décadas, tem demonstrado um dinamismo empresarial ímpar no contexto nacional, destacando-se o seu setor industrial com inúmeras empresas reconhecidas a nível nacional e internacional.

2.2.1. Atividade económica

O distrito de Aveiro é caracterizado por uma forte densidade empresarial e por um aparelho produtivo em que predomina o setor industrial, com numerosas empresas de referência em Portugal e das quais muitas assumem uma forte vocação exportadora. Possui ainda “ um passado importante em termos de história e cultura empresarial, com um setor industrial a ser responsável, ao longo dos anos por dois terços da empregabilidade da região”(AIDA, 2010b, p. 6).

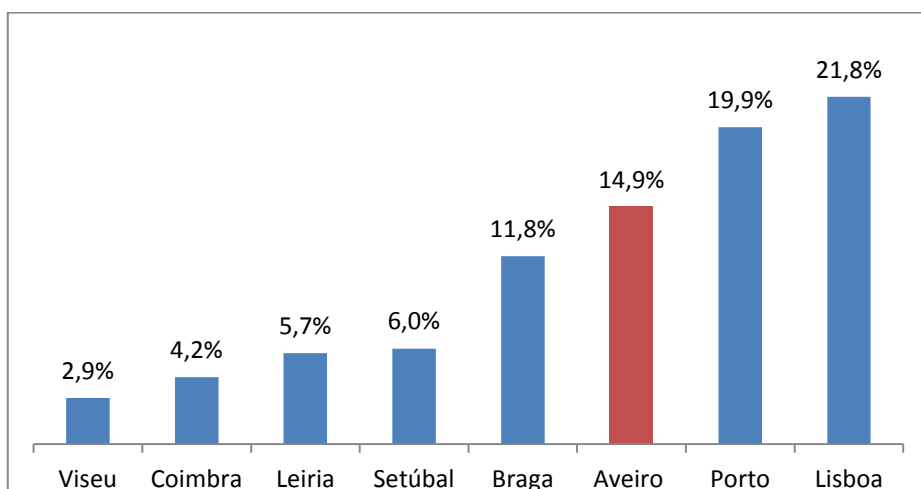
Embora existam assimetrias normais entre concelhos, a ação económica do distrito de Aveiro é uma forte realidade. “O peso da produção global do distrito no total da produção nacional atinge atualmente 5,7%, valor superado apenas pelos Distritos de Lisboa e do Porto e situado significativamente acima dos distritos vizinhos de Coimbra e de Viseu” (AIDA, 2013b, p. 9).

O dinamismo económico do distrito também se reflete “no número de empresas existentes, as quais representavam, em 2010, cerca de 6,7% do total das empresas em Portugal” (AIDA, 2013b, p. 9), sendo que existem mais de 75 mil empresas em exercício

nesta região. Segundo a AIP (AIP, 2011a, 2011b), cerca de 40 mil empresas tinham sede no Baixo Vouga, com destaque para os seguintes municípios: Aveiro (com 23% do total de empresas sedeadas na sub-região), Ovar (13%) e Águeda (12%). Já cerca de 27 mil empresas tinham sede nos municípios do Entre Douro e Vouga, mais de metade das quais (51%) no município de Santa Maria da Feira, seguindo-se os municípios de Oliveira de Azeméis (24%) e São João da Madeira (11%).

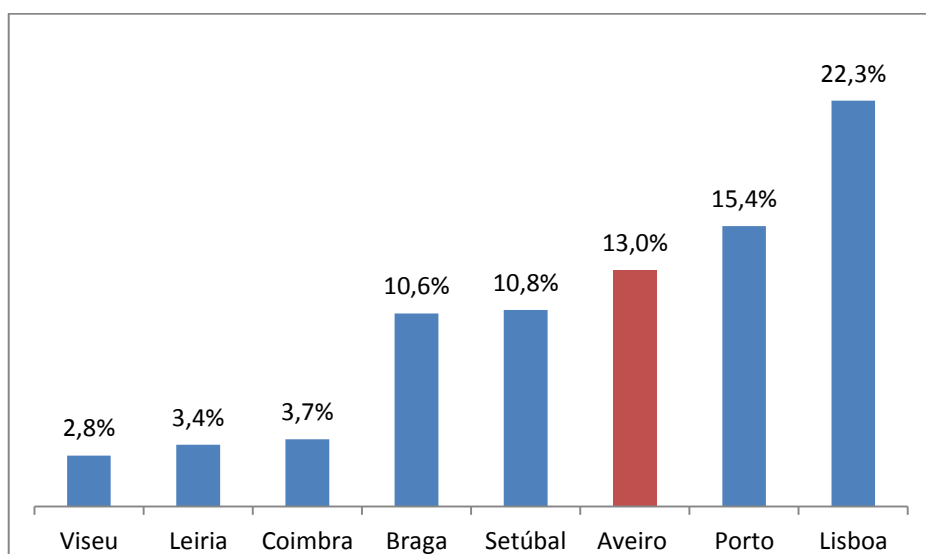
Tal como foi mencionado, o setor industrial é o “principal dinamizador da economia do distrito de Aveiro, representando cerca de 48% do total de volume de negócios e mais de 53% do total de Valor Acrescentado Bruto (VAB)” (AIDA, 2013b, p. 10). Considerando-se apenas o setor da indústria transformadora, o dinamismo do distrito de Aveiro no contexto nacional é ainda mais evidente. De facto, por si só, o “referido setor industrial representa atualmente cerca de 15% do VAB nacional e cerca de 13% do total das exportações portuguesas, valores que superam largamente os registados nas regiões vizinhas de Coimbra e Viseu e até mesmo os valores apresentados por outros distritos com tradição industrial, como são os casos de Braga, Leiria e Setúbal” (AIDA, 2013b, p. 9).

Gráfico 1 VAB Industrial da Indústria Transformadora no distrito de Aveiro (% do país)



Fonte: INE – Anuário Estatístico do INE 2010 (2011)

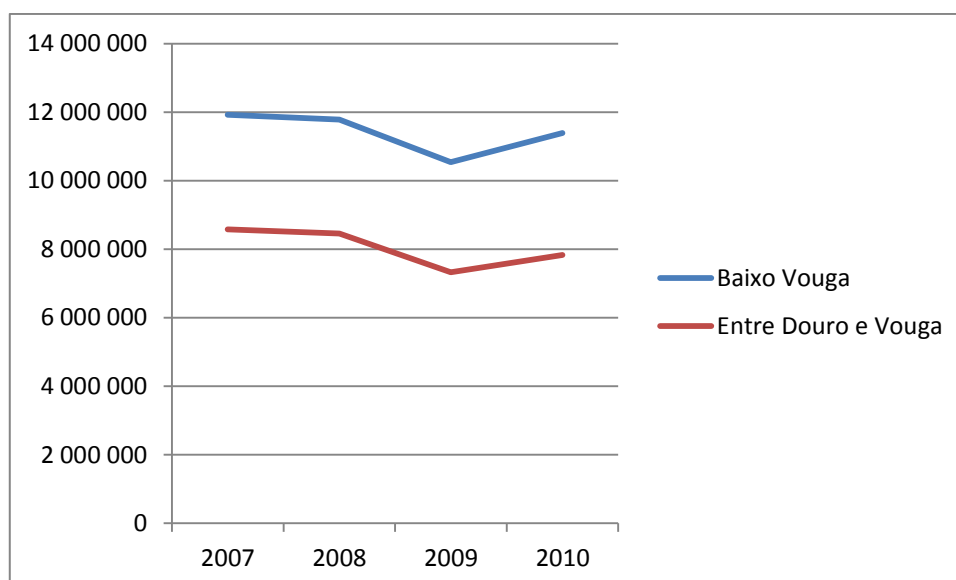
Gráfico 2 Percentagem de Exportações da Indústria Transformadora no distrito de Aveiro (% do país)



Fonte: INE – Anuário Estatístico do INE 2010 (2011)

Analisando as duas sub-regiões mais importantes do distrito de Aveiro, em 2010, as empresas do Baixo Vouga atingiram os 11.3 mil milhões de euros de volume de negócios e as empresas da sub-região Entre Douro e Vouga atingiram os 7.8 mil milhões de euros, conforme exibido abaixo no gráfico 3 (INE).

Gráfico 3 Volume de Negócios das empresas nas NUT III do Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga entre 2007 e 2010



Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região Norte e Centro

Em relação as atividades industriais no distrito, sempre se “destacaram os setores do calçado, cerâmica, indústria de componentes automóveis; indústria da madeira e do mobiliário; veículos de duas rodas sem motor, indústria alimentar, metalomecânica e máquinas e equipamentos eletrónicos e eléctricos” (AIDA, 2010b, p. 8).

Atualmente, os setores mais representativos em termos de volumes de negócios, nas duas sub-regiões mais importantes, são, por ordem decrescente de importância: comércio por grosso, exceto veículos automóveis e motociclos; comércio a retalho, exceto veículos automóveis e motociclos; indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabrico de outros produtos minerais não metálicos; fabrico de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; indústria do couro e fabricação de equipamento eléctrico.

Contudo, deve acrescentar-se que o tecido empresarial é muito diversificado e são notórias algumas especializações a nível concelhio. Segundo a AIP (AIP, 2011a, 2011b), “as atividades detentoras de maior peso relativo no total de volume de negócios do setor industrial do distrito de Aveiro são as seguintes:

- **Metalúrgica e fabrico de produtos metálicos**, predominante nos concelhos de Oliveira de Azeméis, Águeda e Vale de Cambra;
- **Madeira e Cortiça**, predominante no concelho de Santa Maria da Feira;
- **Química**, incluindo química de base, borracha e plástico, predominante no concelho de Estarreja, embora mantenha também presença nos concelhos de Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Aveiro;
- **Alimentar e bebidas**, predominante nos Concelhos de Ílhavo, Oliveira de Azeméis e Ovar;
- **Fabrico de automóveis e componentes**, predominante nos concelhos de São João da Madeira, Aveiro e Oliveira de Azeméis;
- **Minerais não metálicos**, incluindo a cerâmica e o vidro, predominante nos concelhos de Aveiro, Anadia e Oliveira do Bairro;
- **Calçado**, predominante nos concelhos de Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira;
- **Equipamentos eléctricos**, predominante nos concelhos de Aveiro e Ovar.”

A influência de empresas pertencentes a setores industriais, muitas das quais centralizadas na produtividade e na inovação, às quais se juntam diversas empresas de referência nacional e internacional localizada no distrito, ajudam a explicar a forte vocação exportadora, que faz da região um dos principais contribuintes líquidos para o saldo da balança comercial portuguesa, potenciando a valorização do distrito no posicionamento económico de Portugal. Conforme anteriormente referido, o distrito de Aveiro representa, atualmente cerca de 13% do total das exportações nacionais, valor que assume ainda maior importância quando comparado com as outras regiões do país. Como exemplo, refira-se que entre “Janeiro e Junho de 2012, as empresas do distrito de Aveiro exportaram 3,8 mil milhões de euros” (AVEIRO, 2013, p. 50). Contudo, esta vocação exportadora não é uniforme em todos os concelhos. Efetivamente, “os concelhos de Aveiro, Oliveira de Azeméis, Ovar e Santa Maria da Feira, detêm, em conjunto, cerca de 58% do total das exportações do distrito, enquanto os demais 15 concelhos representam apenas 42%” (AIDA, 2013b, p. 10) .

Através da medição do VAB é possível aferir o poder económico de uma região e o total da produção efetuada pelas empresas nela localizadas. Assim, segundo os últimos dados disponíveis, constata-se que os concelhos com maior peso relativo são os de Santa Maria da Feira e Aveiro, os quais registam um VAB de 18,6% e 15,1% no total do distrito, respetivamente. Segue-se, a grande distância, os concelhos de Oliveira de Azeméis, com 10,2%, e Águeda com 8,5% (INE, 2012b). Medindo o VAB em função da população residente, “a liderança do distrito cabe ao concelho de Estarreja, com um VAB *per capita* superior a 24.300 euros anuais, facto a que não é alheia a presença de importantes empresas no concelho, em especial no setor da química de base. Segue-se a Estarreja os Concelhos da Mealhada, Vale de Cambra, Aveiro e Albergaria-a-Velha” (AIDA, 2013b, p. 12).

Refira-se, ainda, a densidade empresarial extremamente elevada nos concelhos de menor dimensão territorial e densamente povoados, nomeadamente São João da Madeira e Espinho, mas que também apresenta valores elevados em Concelhos maiores como Santa Maria da Feira, Ílhavo, Aveiro e Ovar (ver tabela 2).

Tabela 2 Dados do Setor Industrial do distrito de Aveiro, por concelhos

Concelho	VAB (em milhares de euros)	Produtividade	Empresas (Nº)	Pessoal (Nº)	Densidade empresarial (Nº/km2)
Águeda	432.957	21,57	5.165	20.076	15,4
Albergaria-a-Velha	179.652	22,46	2.501	7.997	15,7
Anadia	161.392	18,10	3.182	8.916	14,7
Arouca	90.616	14,37	2.129	6.304	6,5
Aveiro	767.408	23,46	9.497	32.718	48,1
Castelo de Paiva	68.463	17,84	1.144	3.837	9,9
Espinho	173.510	19,95	3.455	8.696	163,7
Estarreja	191.806	25,71	2.551	7.459	23,6
Ílhavo	248.975	20,30	3.939	12.267	53,6
Mealhada	120.044	21,27	2.144	5.644	19,4
Murtosa	28.164	13,20	1.144	2.133	15,6
Oliveira de Azeméis	516.988	19,16	7.019	26.986	43,6
Oliveira do Bairro	169.672	19,59	2.601	8.659	29,8
Ovar	373.647	19,86	5.564	18.815	37,7
Santa Maria da Feira	943.552	18,97	14.661	49.752	67,9
São João da Madeira	261.185	19,00	3.000	13.748	379,7
Sever do Vouga	70.310	18,15	1.292	3.873	9,9
Vagos	94.875	15,86	2.525	5.982	15,3
Vale de Cambra	170.362	20,37	2.240	8.364	15,2

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Norte (2012a) e Centro (2012b)

2.2.2. Demografia empresarial

À semelhança da generalidade do país, o distrito de Aveiro apresenta um tecido empresarial maioritariamente constituído por microempresas, as quais representam aproximadamente 95% do total das empresas existentes no distrito (ver tabela 3).

Este facto reflete bem o importante contributo das empresas de menor dimensão para o desenvolvimento económico e social da região no que respeita à produção global de bens e serviços e à criação de emprego e respetiva fixação da população, bem como o “contributo desta região para o produto industrial nacional e o seu esforço para a modernização da economia consideravelmente bastante positivo e importante” (AIDA, 2010a, p. 7).

Tabela 3 Percentagem de empresas por número de trabalhadores no distrito de Aveiro

Nº de trabalhadores	Percentagem
Menos de 10	95,12 %
10-49	3,62 %
50-249	0,66 %
250 ou mais	0,08 %

Fonte: INE – Anuários Estatísticos da Região Norte (2012a) e Centro (2012b)

Atualmente, através do seu dinamismo económico e desenvolvimento continuado, o distrito de Aveiro apresenta-se como uma das regiões do país com maior expressão nacional. Essa vitalidade e dinamismo são evidentes no plano dos investimentos empresariais.

O distrito de Aveiro ocupa, por exemplo, e segundo dados revelados pelo então Secretário de Estado da Economia, aquando do 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro, “o 2º lugar do ranking nacional da atribuição de incentivos do QREN às empresas. A 31 de Outubro de 2012, no QREN, eram já 1036 os projetos de empresas aprovados, com um investimento de 1000 milhões de Euros e um apoio de 443 milhões dos fundos comunitários”. Alicerçado a este facto, “o conjunto de empresas do distrito de Aveiro representam 6,6% do tecido empresarial Português, as quais contribuem com cerca de 4% do total de IRC pago no país, valor apenas superado pelos distritos de Lisboa e do Porto”, como referia Valdemar Coutinho, o na altura Presidente da AIDA, na abertura do mesmo Fórum Empresarial.

Além do indicador respeitante ao número de empresas, outros indicadores colocam o distrito de Aveiro numa posição de destaque em termos de desenvolvimento económico e empresarial. Ressalve-se o facto de este ser um “distrito em que 70 mil micro e pequenas empresas convivem com o campeão mundial da cortiça (Corticeira Amorim), o líder dos esquentadores (Bosch Termotecnologia), multinacionais como a Renault, Faurécia ou Nestlé e centros de investigação e excelência como a PT Inovação ou a base da Nokia Siemens. O pólo químico de Estarreja, a fileira cerâmica e agroalimentar e metalúrgicas como a Colep, Martifer, Arsopi, Simoldes ou Ferpinta ajudam ainda ao dinamismo desta região” (FERREIRA, 2013)

2.2.3. Comércio internacional

A crescente abertura ao comércio internacional é uma característica incontornável da evolução da economia portuguesa. Na evolução recente da estrutura do comércio externo ressalta a interligação com o processo tecnológico e de industrialização. Sendo que Portugal tem tido na generalidade dos anos uma “balança comercial sempre deficitária, com o canal de importações de bens superiores ao de exportações, remetendo-nos para um papel potencialmente secundário em termos de liderança industrial face aos demais países da União Europeia” (AIDA, 2010b, p. 9).

Numa avaliação regional da situação descrita o “distrito de Aveiro figura em contraciclo face ao conjunto do território nacional. De facto, o distrito de Aveiro tem vindo a apresentar consecutivos *superavits* comerciais, que constituem uma evidência clara das suas características marcadamente produtivas e exportadoras” (AIDA, 2013b). De acordo com os últimos dados económicos disponíveis, o “distrito de Aveiro é um dos principais contribuintes líquidos para o saldo da balança comercial portuguesa, representando atualmente cerca de 13% do total das exportações” (FERREIRA, 2013) (Ver tabela 4).

Tabela 4 Comércio Internacional declarado de mercadorias por sede dos operadores, no distrito de Aveiro

Indicadores	Distrito de Aveiro	(%) face ao país
Exportações (M€)	5 373	12,53
Importações (M€)	3 561	6,01

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Norte (2012a) e Centro (2012b)

De acordo com dados estatísticos do INE, os principais concelhos exportadores do distrito são, por ordem decrescente, Santa Maria da Feira, Aveiro, Oliveira de Azeméis e Ovar, os quais, em conjunto, representam 58% do total de exportações do distrito.

Tabela 5 Comércio Internacional declarado de mercadorias por sede dos operadores, no distrito de Aveiro, por concelhos

	Exportações (em milhares de euros)	% (distrito)	Importações (em milhares de euros)	% (distrito)
Águeda	267 765	4,98	171 056	4,80
Albergaria-a-Velha	279 457	5,20	214 380	6,02
Anadia	127 534	2,37	72 457	2,03
Arouca	15 127	0,28	13 799	0,39
Aveiro	753 283	14,02	541 777	15,21
Castelo de Paiva	25 660	0,48	14 951	0,42
Espinho	33 752	0,63	33 638	0,94
Estarreja	364 768	6,79	284 358	7,98
Ílhavo	163 778	3,05	221 748	6,23
Mealhada	30 678	0,57	16 149	0,45
Murtosa	23 330	0,43	6 974	0,20
Oliveira de Azeméis	652 211	12,14	326 519	9,17
Oliveira do Bairro	105 370	1,96	119 803	3,36
Ovar	618 113	11,50	567 425	15,93
Santa Maria da Feira	1 073 309	19,98	398 945	11,20
São João da Madeira	504 714	9,39	338 722	9,51
Sever do Vouga	31 923	0,59	21 157	0,59
Vagos	74 084	1,38	72 356	2,03
Vale de Cambra	228 242	4,25	125 441	3,52

Fonte: INE - Anuários Estatísticos da Região Norte (2012a) e Centro (2012b)

Deve realçar-se que as principais empresas exportadoras são maioritariamente PME com grande flexibilidade de produção, apresentando diversos aspetos comuns, revelados pela AIP nas suas Cartas Regionais (AIP, 2011a, 2011b):

- Os setores exportadores são quase todos de mão-de-obra intensiva, porque a maioria dos recursos humanos estão afetos à área produtiva;
- As empresas instaladas nos municípios com maior volume de exportações não apresentam dificuldades relevantes de cooperação com empresas do mesmo setor, evidenciando maturidade associativa e capacidade de gestão estratégica empresarial;

- Os gestores/empresários reconhecem a importância do planeamento estratégico no processo de internacionalização;
- Os agentes/importadores ainda apresentam elevada dependência no que respeita à comercialização dos produtos, apesar do crescimento das parcerias locais nos mercados em que atuam;
- A maioria das empresas revela, nos últimos anos, uma redução da dependência relativamente ao mercado nacional, o que se afigura como fator favorável ao seu crescimento e à sua sobrevivência em contexto económico adverso.

Note-se o facto de “os municípios com elevados valores de exportações, em termos de volume de negócio, serem os que apresentam um número elevado de parques empresariais com estruturas de apoio industrial e tecnológico que suportam e dinamizam o desenvolvimento do tecido industrial” (AIDA, 2010b, p. 10)

Os destinos das exportações são diversos, mas os principais mercados são a Espanha, França, Alemanha, Países Baixos e Estados Unidos da América. Analisando os países de destino das exportações por concelho, “Espanha é o país que mais produtos recebe de nove concelhos do distrito (Águeda, Aveiro, Espinho, Ílhavo, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, São João da Madeira e Vale de Cambra). Quatro concelhos têm como maior cliente empresas da Alemanha: Albergaria-a-Velha, Mealhada, Murtosa e Vagos. Segue-se França (três concelhos: Anadia, Arouca, Santa Maria da Feira), Suíça (um concelho: Castelo de Paiva), Países Baixos (um concelho: Estarreja) e Angola (um concelho: Sever do Vouga)” (AVEIRO, 2013, p. 53).

O distrito de Aveiro, é assim, claramente uma região dominada pela indústria, que apesar de “dispersa, é intensamente interligada com o mundo rural que inclui um conjunto de pequenas povoações, vilas e algumas cidades industriais, onde estão instaladas diversas organizações do tipo «distritos industriais»” (AIDA, 2009, p. 7), combinando atividades fortemente exportadoras com outras mais viradas para o mercado doméstico. Dadas estas características o distrito não beneficia das vantagens de «clusterização», sendo que segundo a AIP (2011a, 2011b), apesar de todos os constrangimentos, existem alguns *clusters* nesta região que em parte “relevam a importância do distrito a nível nacional e internacional:

- **Cluster Agro-industrial**, no qual as atividades mais importantes são a produção de leite e derivados, a conservação e transformação de produtos hortícolas e da pesca e a produção de sal;
- **Cluster Pesca/Aquicultura**, sendo Aveiro o porto base da pesca longínqua de Portugal e local de indústrias de seca e congelação de bacalhau importado;
- **Cluster Cerâmica**, que tem aqui um dos seus dois pólos principais do País, com uma produção variada de revestimentos e pavimentos, louça sanitária e louça doméstica em faiança e porcelana e cerâmicas técnicas;
- **Cluster Madeira/Papel**, que localiza na região um dos principais pólos a nível nacional, beneficiando da inserção na maior mancha florestal de eucalipto do País;
- **Cluster Automóvel**, havendo nesta região uma tradição no fabrico de carroçarias para autocarros;
- **Cluster Equipamentos**, está representado num pólo centrado nos equipamentos para uso doméstico ou para hotelaria e restauração;
- **Cluster Habitat**, na componente de produtos metálicos que conta com o fabrico de ferragens e guarnições e de torneiras;
- **Cluster Comunicação/Informação**, sendo que na região se localiza um dos pólos de maior intensidade tecnológica;
- **Cluster Couro**, com um Centro Tecnológico da Cortiça e um núcleo central fixado na produção de rolhas.”

2.2.4. Ranking das maiores empresas do distrito de Aveiro

O “distrito de Aveiro caracteriza-se pela forte densidade empresarial e por um aparelhamento produtivo em que predomina o setor industrial, dentro do qual se podem encontrar inúmeras empresas de referência em Portugal”, como refere Valdemar Coutinho, antigo Presidente da AIDA, num artigo sobre as 1000 maiores empresas de Aveiro (AVEIRO, 2013, p. 22). Este ranking foi utilizado para avaliar as maiores empresas do distrito de Aveiro. A Tabela 6 apresenta os dados mais recentes, referentes ao ano de 2011, por categorias.

Tabela 6 Maiores empresas do distrito de Aveiro, por categorias específicas

Categoria	Nome da Empresa	Valores
Empresa com maior VAB	SOLVERDE – Sociedade Investimentos Turísticos da Costa Verde, S.A (Espinho)	VAB_2011: 79.601.118,00€
Maior empregadora do distrito	FAURÉCIA – Assentos de Automóveis, LDA (SJ da Madeira)	Nº de empregados: 1625
Maior rentabilidade de vendas	APA – Administração do Porto de Aveiro	Rent. Vendas_2011: 39,3%

Fonte: Revista 1000 maiores empresas de Aveiro 2012 (Diário de Aveiro – edição 2013)

Entre as mais bem cotadas empresas do distrito, releve-se o facto de o fabrico do calçado ser o setor que tem um maior número de empresas representadas, o que demonstra a importância deste setor e a forte exportação que efetua. O setor de comércio a retalho de combustível, está igualmente muito bem representado com 47 empresas bem classificadas.

Analisando a localização das maiores empresas, verificamos que Santa Maria da Feira é o concelho com mais empresas presentes no ranking das maiores do distrito de Aveiro. Este concelho é seguido pelos municípios de Águeda e de Aveiro, segundo e terceiro mais representados, respetivamente.

A tabela 7, apresentada em seguida, apresenta as 10 maiores empresas do distrito de Aveiro, no ano de 2011, resultado dos seus grandes negócios tendo sido analisadas pela Coface Portugal para uma revista de um Jornal Regional.

Tabela 7 10 maiores empresas do distrito de Aveiro em 2012

Rank	Nome	Concelho	Volume Negócios_2011
1	PRIO ENERGY, S.A.	Ílhavo	333.992.379,00€
2	C.A.C.I.A. – COMPANHIA AVEIRENSE DE COMPONENTES INDUSTRIA AUTOMOVEL, S. A.	Aveiro	275.686.932,00€
3	FAURÉCIA – QUIMICOS INDUSTRIAIS, LDA	São João da Madeira	255.725.308,00€
4	CUF – QUIMICOS INDUSTRIAIS, S.A.	Estarreja	233.265.350,00€
5	AMORIM & IRMÃOS, S.A.	Santa Maria da Feira	232.680.373,00€
6	BOSH TERMOTECNOLOGIA, S.A.	Aveiro	210.216.776,00€
7	COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS CIRES, LDA	Estarreja	155.623.706,00€
8	FERPINTA – INDUSTRIAIS DE TUBOS DE AÇO DE FERNANDO PINHO TEIXEIRA, S.A.	Vale de Cambra	146.702.730,00€
9	GROHE PORTUGAL, COMPONENTES SANITÁRIOS, LDA	Albergaria-a-Velha	132.820.795,00€
10	COLEP PORTUGAL, S.A.	Vale de Cambra	121.015.454,00€

Fonte: Revista 1000 maiores empresas de Aveiro 2012 (Diário de Aveiro – edição 2013)

2.3. Caracterização da Entidade de Acolhimento

2.3.1. Apresentação

Imagem 2 Logótipo da AIDA



Fonte: Site institucional da AIDA

A AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro é uma associação sem fins lucrativos, de cariz multissetorial cujo âmbito de intervenção coincide com a área geográfica do distrito de Aveiro. A sua constituição, foi promulgada a 17 de Janeiro de 1986, sendo impulsionada por um repto aos empresários para se unirem e juntos trabalharem em prol dos interesses socioeconómicos das empresas da sua região. “Os seus Estatutos foram aprovados a 17 de Janeiro de 1986 e publicados no n.º 61 da IIIª Série do Diário da República de 14 de Março de 1986, com alterações posteriores publicadas a 27 de Fevereiro de 1991” (SOCIAL, 2013).

A cerimónia pública de constituição da associação, “na qual estiverem presentes 116 empresários, foi presidida pelo Ministro do Comércio e Indústria, Fernando Martins, tendo contado também com o Governador Civil de Aveiro, Sebastião Dias Marques, e diversas entidades civis e militares da região” (AIDA, 2013a, p. 10).

A AIDA sempre se inseriu no meio empresarial com dinamismo e com um forte espírito empreendedor, trabalhando para que o distrito de Aveiro continue um dos pólos industriais mais importantes a nível nacional. O anterior Presidente da AIDA, refere-se muitas vezes a esta associação como elemento fundamental “no sentido de representar e defender os interesses económico-sociais das empresas e promover ações de apoio a todo o tecido empresarial do distrito” (AIDA, 2002, p. 5).

2.3.2. Localização

Em 2002, todos os serviços da AIDA foram colocados ao dispor das empresas no atual edifício-sede, situado na Zona Industrial de Aveiro, no concelho de Aveiro. Este edifício serve de albergue não só a todos os departamentos da AIDA, como também ao IAPMEI, ao 1º Cartório Notarial de Competência Especializada, à Caixa Geral de Depósitos, à Loja

do Empresário e, ainda, a algumas entidades privadas como por exemplo, como a ABA – associação de advogados e a AMA – Associação de Marketing de Aveiro.

Imagem 3 Interior do Edifício-Sede da AIDA



Fonte: Site institucional da AIDA

Com 4 pisos, o edifício-sede desta associação é composto ainda por um espaço para showrooms para a promoção das empresas, um salão nobre, um centro de formação profissional, um auditório, gabinetes de empresa, uma biblioteca empresarial, salas de formação e um bar. Com cerca de 3.500m² de área coberta e 8.000m²

de zona para estacionamento, reúne as condições ideais para desenvolver novos projetos e desenvolver as indústrias do distrito.

2.3.3. Antecedentes Históricos

A AIDA nasceu, em meados dos anos 80, numa democracia jovem que passara, recentemente, por uma intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e que se preparava para aderir à Comunidade Económica Europeia (CEE), pelo que se vislumbrava uma profunda alteração do contexto empresarial e um aumento da concorrência internacional, à qual seria necessário fazer face. “Para tal, os empresários do distrito sentiram necessidade de diminuir a distância relativamente aos centros políticos, através do reforço da sua representatividade e capacidade de lobby” (AIDA, 2013a, p. 10).

Década de 80

No início dos seus trabalhos a associação promoveu serviços não diferenciados, ou seja, tinha funções polivalentes e desenvolvidas de forma generalista, baseadas fundamentalmente na difusão de informação e no serviço. Na área da Formação Profissional, eram dados os primeiros passos, sendo que limitados pelas instalações pequenas da associação, na antiga sede, no Centro Comercial OITA, em Aveiro.

No final desta década, a associação começa a disponibilizar outro tipos de serviço sendo os primeiros serviços de apoio à indústria.

“A 21 de Abril de 1986 foram designados os representantes dos primeiros órgãos sociais da AIDA, tendo sido eleita como Presidente da Direção, a empresa SANITANA - Fábrica de Sanitários de Anadia, representada por Maria Helena Cerveira” (AIDA, 2013a, p. 10).

Década de 90

No início da década de 90, há uma nova direção, representada na pessoa do seu Presidente, Teotónio França Morte, que era o representante da empresa Sociedade de Pesca Miradouro.

A internacionalização das empresas da região consistiu numa das maiores preocupações da AIDA na altura, razão pela qual, “em 1990, inaugurou o Eurogabinete que visava a troca de experiências e cooperação entre empresas, sobretudo nas áreas de divulgação de informação comunitária” (AIDA, 2013a, p. 16). No ano seguinte, é levado a cabo a 1ª Missão Empresarial, sendo o local escolhido Angola, demonstrado o grande olhar visionário desta associação, visto que, naquela altura, este país africano ainda não tinha a importância económica de hoje.

Ao longo desta década, a associação sofreu um processo de reestruturação e organização, tendo sido criados alguns departamentos para funções específicas de forma profissionalizada.

Em 1995, a associação passa das instalações no Centro Comercial OITA para a antiga Fábrica Jerónimo Campos, um dos *ex-libris* da cidade de Aveiro. Já neste espaço a AIDA consolida-se e é classificada como interveniente fundamental, no apoio às Pequenas e Médias Empresas do distrito. Nesse mesmo ano, a liderança da AIDA passa a ser representada pela empresa FRIOPESCA, S.A., sendo que o Presidente da Direção continua a ser igualmente Teotónio da França Morte.

No final desta década, a AIDA “criou um Sistema de Informação Georreferenciada (SIG), cujas potencialidades tem vindo a desenvolver e aperfeiçoar ao abrigo de variados projetos” (AIDA, 2013a, p. 17).

Em 1998, é eleita a empresa VALART - Metalúrgica Central do Vouga, Lda, representada por Valdemar Coutinho, para a Presidência da Direção da AIDA.

Do início do século XXI aos nossos dias

Em 2002 a AIDA instala-se no atual edifício, localizado na Zona industrial da Taboeira em Aveiro, sendo que foi neste espaço que se consolidou e que dinamizou todos os serviços atualmente existentes. No final de 2003, ocorreu um dos marcos mais importante desta associação com a criação da Loja do Empresário, permitindo às empresas acederem, num único local, a várias entidades relevantes para a atividade económica. Nesse mesmo ano ocorre uma mudança da imagem corporativa da AIDA, desde a identificação interior do edifício da associação até à sinalética exterior.

Inserida num amplo contexto empresarial e imbuída de um enorme dinamismo, “a AIDA continuou a apostar na inovação e em novos serviços, de forma a contribuir para a manutenção do distrito de Aveiro num dos polos económicos mais importantes a nível nacional. Para o efeito, assumiu em 2004, conjuntamente com a Câmara Municipal de Aveiro, a gestão do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro” (AIDA, 2013a, p. 19). Nesse mesmo ano é reconduzido no cargo de Presidente da Direção, o empresário Valdemar Coutinho, representando a empresa EQUIPAVEIRO - Equipamentos Rodoviários, Lda.

No ano seguinte, a AIDA concluiu o seu Centro de Negócios, disponibilizando um conjunto de espaços apropriados a conferências, formação e encontros empresariais. Em 2006, a AIDA celebrou os seus primeiros vinte anos de existência, mas foi em 2007 que viria a receber um ansiosa “prenda”, obtendo “a Certificação de Qualidade, segundo o referencial NP EN ISO 9001:2000, nas áreas de formação/informação, apoio ao empresário em consultoria técnica e jurídica, gestão de eventos e apoio logístico” (AIDA, 2008b, p. 10). A AIDA viu assim reconhecidas e reforçadas as suas competências, garantindo, deste modo, uma maior qualidade nos serviços que presta, sendo esta certificação renovada em Abril de 2010 no âmbito da ISO 9001:2008.

A 3 de Maio de 2007, a empresa VALART Metalúrgica Central do Vouga, Lda, representada por Valdemar Coutinho, assume as funções para a Presidência da Direção para os anos compreendidos entre 2007 e 2010.

De 2008 até aos nossos dias, a história da AIDA foi recheada de outros marcos importantes em prol da eficácia e da eficiente para e o trabalho industrial.

Em 2008, é criado o CNO - Centro Novas Oportunidades, alargando o seu alcance para além das empresas, isto é, abrindo as suas portas à população em geral. Para apoiar os jovens desempregados a AIDA, juntamente com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, abre o GIP – Gabinete de Inserção Profissional, que começa a laborar em meados de 2009. A AIDA integrou ainda a Enterprise Europe Network – EEN, para apoiar as empresas a inovar e a competir melhor no espaço europeu, tendo, já em 2010 integrado o novo projeto dessa rede.

Neste período de tempo, entre 2008 e a atualidade, a AIDA soube estar na vanguarda do debate empresarial, tendo dinamizado três Fóruns Empresariais do distrito de Aveiro, chamando os empresários a debater e a escutar as opiniões de importantes especialistas de mercado. A importância deste eventos para a sociedade empresarial foi extramente relevante, sendo que o 2º e 3º Fóruns mereceram o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, ao qual foram apresentadas as conclusões dos respetivos Fóruns.

A 2 de Junho de 2010, a empresa VALART Metalúrgica Central do Vouga, Lda, representada por Valdemar Coutinho, é reeleita para um segundo mandato. Findado esse mandato, Valdemar Coutinho passou o testemunho a Fernando de Castro, representante da empresa Aliança - Vinhos de Portugal, para este assumir as rédeas desta associação durante o triénio de 2013-2016.

Convém ainda referir, que ao longo da sua história, a AIDA tem dispensado uma especial atenção ao processo de internacionalização das empresas da região de Aveiro, realizando inúmeras missões empresariais (cerca de 53 desde 1991) que envolvem centenas de empresas. Estas missões foram e são ações que pretendem alavancar a internacionalização, sempre numa perspetiva empresarial de parceria com as empresas da região visando a prospeção e presença em mercados internacionais, dando particular atenção aos países dos PALOP, América Latina e Norte de África.

A AIDA, tem atualmente, cerca de 900 associados, sendo mais de 750 de âmbito industrial e os restantes de outros setores.

2.3.4. Missão, Visão e Valores

O principal eixo de atuação da AIDA é a promoção e apoio às empresas do distrito de Aveiro, de uma forma independente, de modo a contribuir para o reforço associativo do tecido empresarial. Deste modo, tem como missão “representar, defender, promover, identificar e satisfazer as necessidades de representação pró-ativa, de informação, de apoio e acompanhamento técnico ao nível da criação, funcionamento e expansão das empresas do distrito de Aveiro, tornando as PME mais competitivas” (AIDA, 2008b, p. 1).

Enquanto entidade socialmente responsável e ciente de que o trabalho em rede potencia o êxito das ações que se propõe desenvolver em prol do tecido empresarial e comunidades envolventes, aposta no estabelecimento de parcerias Institucionais com diversas entidades:

- Administração Direta do Estado;
- Municípios;
- Instituições do Ensino Superior;
- Centros Tecnológicos;
- Associações Empresariais nacionais e estrangeiras;
- Ordens Profissionais, entre outras.

A sua visão estratégica consiste resumidamente em “ser uma das melhores Associações Regionais do País, assumindo uma liderança no distrito de Aveiro” (AIDA, 2008b, p. 1), sendo que tem como seus principais propósitos:

Adaptar os serviços da AIDA às reais necessidades das empresas e mercados em que operam, numa ótica de melhoria contínua.

Integrar projetos, associações e ou entidades que visem a defesa dos interesses dos empresários associados.

Dinamizar o tecido empresarial de forma a promover a capacidade de inovação e empreendedorismo.

Apoiar as empresas na elaboração de projetos que promovam o aumento da sua competitividade e o seu crescimento sustentado.

A AIDA tem ainda como valores alicerces da sua atuação, valorizar o tecido empresarial associado, valorar as pessoas e procurar, incessantemente, pela qualidade rumo à excelência. Para isso pratica como princípios a credibilidade, a isenção e a transparência.

2.3.5. Serviços prestados

A AIDA tem igualmente desenvolvido a sua atividade em prol “da defesa das necessidades e interesses do tecido empresarial, com uma preocupação permanente em articular a sua postura interventiva com a otimização de um modelo de organização capaz de dar resposta às necessidades evidenciadas pelas empresas da região” (AIDA, 2008b, p.

3). Deste modo, a AIDA oferece aos seus associados um vasto conjunto de serviços:

- Apoio à criação de empresas
 - Aconselhamento técnico e prestação de informação específica empresarial
- Licenciamento Industrial
 - Acompanhamento de processos e prestação de informações relevantes
- Propriedade Industrial
 - Gestão e transmissão de marcas, patentes, desenhos, normas e logótipos, a nível nacional e internacional
 - Aconselhamento técnico e realização de pesquisas prévias
- Ambiente
 - Identificação de legislação ambiental, realização de diagnósticos ambientais, bem como o apoio na gestão de resíduos e em estudos ambientais
- Qualidade
 - Diagnóstico, Manutenção e auditoria de Sistemas de Gestão da Qualidade, assim como certificação do produto/serviço conforme referenciais aplicáveis
- Jurídico
 - Consultoria Jurídica e elaboração de pareceres
 - Apoio na interpretação de regulamentos e legislação e apoio em processos jurídicos contenciosos ou em processos administrativos

- Sistemas de Incentivos
 - Prestação de informação e consultoria de incentivos públicos às empresas
- Formação Profissional
 - Conceção, planeamento e promoção de atividades formativas
 - Elaboração de candidaturas a programas de formação profissional

Neste serviço a AIDA é acreditada pela DGERT – Direção-Geral do Emprego e Relações no Trabalho.

- Consultoria e Serviços Técnicos Recursos Humanos
 - Triagem curricular e desenvolvimento de processos de recrutamento e seleção
 - Desenvolvimento de candidaturas de apoio à contratação
- Apoio ao Empreendedorismo
 - Estudos de viabilidade económica e financeira
 - Desenvolvimento de planos de negócio e realização de encontro de networking com a participação de *business angels*
 - Estudos de caracterização empresarial da região do Baixo Vouga e realização de inquéritos e sínteses de conjuntura económica
- Enterprise Europe Network
 - Ajuda na internacionalização dos negócios e incentivo a cooperação europeia
 - Apoio à inovação e parcerias tecnológicas
- Internacionalização
 - Prospeção de mercados emergentes e elaboração de estudos sobre mercados
 - Organização de missões empresariais ao estrangeiro e de missões de importadores a Portugal
 - Organização e realização de montras de produtos e de ações de Networking

- Oportunidade de Negócio
 - Prestação de informação através da Plataforma SIGAME e divulgação de pedidos de cooperação empresarial
- Feiras e Certames
 - Dinamização, logística e realização de feiras
 - Promoção e divulgação de feiras internacionais e certames setoriais
- Organização de eventos
 - Seminários temáticos e especializados,
 - Workshops
 - Fóruns Empresariais
- Locação de salas e apoio logístico na organização de eventos

A AIDA proporciona ainda outros serviços nos vários Gabinetes de Apoio e de Dinamização Empresarial e nos seus serviços descentralizados.

2.3.6. Caracterização dos recursos humanos

A AIDA sempre se focou na concretização de iniciativas e ações transversais a todos os setores económicos e em todas as áreas de intervenção. Ciente disso criou uma equipa que adotou um espírito de trabalho multifacetado, que visam dar o melhor e o maior apoio às empresas. A AIDA está organizada da seguinte forma (ver anexo 1):

DIREÇÃO

Constituída pelo Presidente e pelos órgãos diretivos que estão a par dos trabalhos realizados na associação e deliberam sobre questões de interesse associativo.

DIRETORA-GERAL

Tem o papel de coordenar, orientar e acompanhar as várias atividades dos departamentos e gabinetes da associação. “É o elo de ligação com a direção e os departamentos/gabinetes e estabelece contacto com diversas Entidades sobre assuntos de importância associativa” (AIDA, 2002, p. 13).

DEPARTAMENTO DE APOIO FINANCEIRO

O seu trabalho é totalmente dirigido para a gestão financeira da associação, prestando, sempre que necessário, apoio aos vários departamentos.

GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

As suas atribuições são nos domínios da comunicação e da informação e na divulgação da imagem da Associação. Em suportes físicos ou digitais o Gabinete de Comunicação e Imagem disponibiliza informação, o mais completa possível, sobre as atividades da Associação e dos seus associados.

É ainda da sua responsabilidade, a assessoria direta à Diretora Geral e contactar com o tecido empresarial do distrito de Aveiro e com os órgãos de Comunicação Social.

GABINETE JURÍDICO

O Gabinete Jurídico da AIDA trabalha essencialmente numa lógica de proximidade com as empresas, orientando-as para as questões legais e laborais, acompanhando a celebração/rescisão de contratos, bem como, na intervenção perante a justiça em defesa dos interesses das empresas.

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO

Este departamento desenvolve o seu trabalho fundamentalmente em três principais áreas:

- Informação Empresarial
- Ambiente e Qualidade
- Sistemas de Informação Georreferenciada

Promove, conseqüentemente, diversos serviços, dando apoio técnico em distintas áreas.

GABINETE DE RELAÇÕES EXTERNAS

Este gabinete trabalha para que as PME da região de Aveiro se possam internacionalizar, realizando, para tal, um conjunto de ações enquadradas com vários projetos de nível nacional e internacional.

ENTERPRISE EUROPE NETWORK

Estando a AIDA integrada na rede EEN - Enterprise Europe Network, dispõe de um gabinete que trabalha de modo a cumprir com os objetivos propostos e na promoção da inovação e da internacionalização.

DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E RECURSOS HUMANOS

O principal desafio deste gabinete é que o seu trabalho seja profícuo na qualificação de empregados e desempregados, desenvolvendo inúmeras ações de formação com vista a um melhor desempenho competitivo. Encontra-se certificado no sistema de gestão da Qualidade, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008, e acreditado desde 1999, pela DGERT - Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

A AIDA tem a trabalhar continuamente 23 pessoas, 22 do sexo feminino e 1 do sexo masculino.

3. Atividades desenvolvidas ao longo do estágio

Com início no dia 8 de outubro de 2012 e conclusão a 28 de março de 2013, a concretização deste estágio compôs umas das primeiras experiências em contexto real de trabalho, sendo a primeira experiência junto do setor empresarial e industrial.

O estágio foi realizado, na maioria do tempo, no Gabinete de Comunicação e Imagem – GCI da AIDA, passando ainda pelos Gabinetes de Enterprise Europe Network, de Relações Exteriores, Jurídico e pelo Departamento de Apoio Técnico, demonstrando a forte ligação de procedimento e entreaajuda entre os vários intervenientes desta associação. O facto, de terem sido desenvolvidas várias tarefas em diversos departamentos/gabinetes possibilitou o alargamento dos conhecimentos em diferentes áreas, sendo uma das mais-valias da realização deste estágio.

Seguidamente, serão apresentadas e descritas as principais tarefas realizadas ao longo de, aproximadamente, 750 horas.

3.1. 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro

Com a intenção de reunir o tecido empresarial e os vários agentes económicos da região, a AIDA realizou o seu 3º Fórum Empresarial, promovendo um espaço alargado de debate. Neste fórum, no qual foram analisados diversos temas do cenário económico-financeiro do nosso país e apresentadas estratégias para sair da crise e ultrapassar as dificuldades atualmente sentidas.

A 3ª edição do Fórum Empresarial da Região de Aveiro decorreu a 9 de novembro, no Centro Cultural de Ílhavo, subordinado ao tema - Financiamento e Internacionalização das PME, contando com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República.

ANTES DO EVENTO

Aquando do início de estágio na AIDA, já muitas horas de trabalho tinham sido despendidas na organização deste 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro. Contudo, e

visto colaborar com o Gabinete de Comunicação e Imagem, gabinete responsável por este evento, muitas foram as tarefas desenvolvidas para a efetivação do mesmo.

Uma das principais tarefas foi a promoção do evento. Sendo um dos grandes momentos de debate na área empresarial e industrial na região, o 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro, merecia que o espaço onde se realizava estivesse bem preenchido, sendo, como tal, necessária uma cobertura adequada pelos diversos órgãos de comunicação social.

Em relação a estes órgãos de comunicação social, e na preparação para o envio de informações e dos *press-releases*, foi necessário atualizar os dados mais importantes destes meios de comunicação, reformulando a base de dados existente e assegurando-se, assim, que a promoção ao evento chegaria às pessoas corretas. Seguidamente, foi compilado um conjunto de ideias sobre o tema deste Fórum para fundamentar os artigos de divulgação do evento.

Sendo os empresários, o público-alvo desta iniciativa, o Gabinete de Comunicação e Imagem enviou a todas as empresas do distrito e a inúmeras entidades, uma carta a apresentar a iniciativa com a respetiva ficha de inscrição. Para confirmar a receção da carta e promover ainda mais o evento, realizou-se um conjunto de chamadas telefónicas para diversas empresas.

Coube, igualmente a este gabinete, a elaboração do *merchandising* do evento, tendo, nesse âmbito, sido criado um Folheto Informativo sobre os oradores presentes neste 3º Fórum Empresarial. Neste sentido, foi desenvolvido, para alguns oradores, um pequeno resumo dos seus currículos, para que os participantes do evento soubessem a importância dos mesmos e por que razões estariam eles naquele painel de ilustres intervenientes da economia nacional.

O 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro contou igualmente com um vídeo de abertura, que pretendia refletir as principais dificuldades do tecido empresarial na sua gestão diária. Desta forma, foi desenvolvido um pequeno texto, que serviria como base ao guião deste vídeo. O tema centrou-se nas alterações fiscais entre os anos de 2011 e 2012, tendo-se constatado que surgiram várias modificações às regras do sistema fiscal português que prejudicaram as empresas, particularmente nos seguintes itens:

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- Imposto sobre o IVA
- Imposto Municipal sobre Imóveis
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis
- Imposto de Selo
- Imposto Especial de Consumo
- Tributação Automóvel
- Benefícios fiscais
- Justiça Tributária

O guião contou ainda com uma análise ao ano de 2013 e o vídeo com uma entrevista a alguns empresários da região.

Os dias que antecederam o evento serviram, essencialmente para confirmar as últimas inscrições, para preparar os kit a entregar aos participantes com o *merchandising* alusivo ao evento e para gravar CD's com as apresentações de PowerPoint de alguns oradores.

DURANTE O EVENTO

A realização deste evento permitiu a minha participação e colaboração ativa no decorrer de todas as atividades, através do apoio à responsável pelo Gabinete de Comunicação e Imagem e ao técnico de som e imagem da AIDA. Já com o auditório do Centro Cultural de Ílhavo, composto por cerca de 400 empresários nas suas bancadas, surgiu a oportunidade de escutar os oradores que marcaram presença neste 3º Fórum Empresarial.

A cerimónia de abertura contou com a presença do então Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, o Dr. António Almeida Henriques; do presidente do município de Ílhavo e da Comunidade Integrada da Região de Aveiro - CIRA, o Eng.º Ribau Esteves; e do, na altura, Presidente da AIDA, o Eng.º Valdemar Coutinho, sendo que este último interveniente efetuou igualmente o encerramento da iniciativa. Nota para o facto, de o Secretário de Estado ter referido que “Aveiro é um símbolo do país, sendo que deve servir de farol, que indica o caminho a seguir”, tendo elogiado o esforço, o trabalho e a atitude desenvolvida pelos empresários aveirenses. Já em relação

ao Presidente da AIDA, orgulhoso pela promoção deste Fórum, começou por lamentar a ausência do Ministro da Economia e do Emprego, convidado a estar presente nesta iniciativa. Mas aproveitou para fortalecer a importância do setor industrial deste distrito para o total do país, lamentando igualmente o facto das dificuldades sentidas pelos empresários serem as mesmas que em 2008 e 2010 aquando das duas primeiras edições do Fórum Empresarial, tendo acautelado a insuficiência de instrumentos de investimento e de acesso ao crédito.

Ao longo do dia, passaram pelo 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro várias personalidades da área económica portuguesa, como Augusto Mateus da AM&A, José Guia da CIP, João Cantiga Esteves consultor de Finanças, Pedro Falcão da PT, Martim Avillez do grupo Impresa, António Rebelo de Sousa da SOFID e Pedro Reis da AICEP. Como moderadores estiveram ainda presentes, João Luís de Sousa do jornal Vida Económica e João Paulo Oliveira da Bosch Termotecnologia SA. Ao longo desta iniciativa houve ainda oportunidade de realizar contactos de negócio através da realização de reuniões de networking entre os empresários presentes.

Após um intenso dia de trabalhos, onde foram debatidos diferentes temas relacionados com a atividade económica e empresarial no panorama regional e nacional, muitas foram as conclusões que mereceram alvo de reflexão. No geral, concluiu-se que só com a atitude positiva é que as empresas encontrarão respostas contra a crise e em prol do crescimento e do emprego, sendo que uma grande fatia da responsabilidade de reformular o país e as suas finanças nacionais cabe ao Governo, criando condições para o crescimento económico de Portugal.

No final do evento, toda a equipa de colaboradores da AIDA estava orgulhosa do trabalho desenvolvido e do modo como correu este 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro.

DEPOIS DO EVENTO

Após a realização desta iniciativa, e da troca das primeiras impressões sobre o desfecho do mesmo, foi necessário arrumar todo o material que fora necessário para a sua realização. De seguida, foi indispensável recolher e compilar todas as notícias que saíram na internet para memória futura.

Já para garantir que num próximo Fórum sejam utilizados os melhores parâmetros de atuação, foi realizado uma check-list que enunciava todos os procedimentos realizados e as respetivas datas de realização. Atualizaram-se, igualmente, alguns dados de empresas e de órgãos de comunicação social que foram facultados na altura da inscrição para este evento.

De referir, por último, que, no âmbito desta iniciativa foram definidos e preparados conteúdos e fotografias para serem difundidos numa Publicação com as “Conclusões do 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro” para ser apresentado, posteriormente, em audiência a Sua Excelência o Presidente da República.

3.2. Eventos

Apostada no reforço da capacidade competitiva das empresas e em dar voz aos principais intervenientes económicos e empresariais, a AIDA desenvolveu durante o período de estágio diversos eventos do interesse empresarial.

WORKSHOP DE APRESENTAÇÃO DO PME DIGITAL

O Programa PME Digital é uma iniciativa do Ministério da Economia e do Emprego, que pretende dinamizar as plataformas digitais das pequenas e médias empresas, de modo a se tornarem mais competitivas. É intenção do Governo e dos seus parceiros estimular a utilização de ferramentas digitais e do *networking*, permitindo o aumento da oferta e a melhoria das relações entre fornecedores e clientes.

Realizado no dia 13 de dezembro de 2012, no edifício-sede da AIDA, o *workshop* de apresentação desta iniciativa contou com a visita a um conjunto de expositores de empresas fornecedoras de ferramentas digitais, seguido da intervenção de representantes por parte do Ministério, do IAPMEI, da AIDA e de algumas empresas já empreendedoras nesta área digital.

Ao longo desta iniciativa foi necessário preparar e arrumar toda a logística necessária para a realização do mesmo e registar fotograficamente alguns dos momentos mais importantes desta sessão de apresentação.

REUNIÃO COM O MINISTRO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Durante o decurso do estágio, a AIDA recebeu nas suas instalações o Ministro da Economia e do Emprego, o Dr. Álvaro Santos Pereira, para debater com empresários da região a «Estratégia para a Reindustrialização».

Foi na manhã de 4 de janeiro de 2013, que o ministro se reuniu com importantes empresários da região de modo a debater, a estratégia de reindustrialização para 2013-2020, e encontrar, junto destes, soluções para terminar com as vicissitudes existentes na indústria nacional e europeia.

Esta sessão de trabalho foi aberta pelo Eng.º Valdemar Coutinho, presidente da AIDA.

A visita de qualquer membro do governo acarreta sempre imenso trabalho de preparação, e dessa forma, estivemos envolvidos nos preparativos a receção deste ministro. Para além, desta ajuda na logística física e operacional da disposição do espaço onde foi realizado a reunião de trabalho, foi igualmente necessário, no respetivo dia, receber alguns empresários e encaminha-los para a sala de reunião.

Após a visita do senhor Ministro, efetuamos o *clipping* da iniciativa que se baseou na compilação de um conjunto de notícias e informações editadas pelos media.

3.3. Projetos

Ciente da necessidade de desenvolver ações de apoio às empresas do distrito de Aveiro, a AIDA reforça constantemente as suas parcerias com entidades institucionais do setor público e privado, criando ou promovendo Projetos de relevante interesse para as empresas do tecido empresarial desta região.

3.3.1. Aveiro Empreendedor

O projeto “Aveiro Empreendedor nasceu do trabalho conjunto dos diversos atores locais e regionais que desenvolvem ações no âmbito do fomento do empreendedorismo e apoio às PME’s, tendo por objetivo a criação de uma estratégia integrada de promoção de um ambiente inovador e empreendedor no concelho de Aveiro” (EMPREENDEDOR, 2011).

Este projeto é promovido por 18 entidades, sendo a AIDA uma das principais entidades envolvidas. Dessa forma são realizadas pela AIDA, ou promovidas nas suas instalações, diversas iniciativas e eventos de forma a dar formação contínua sobre este projeto e sobre os seus objetivos.

Conferência Intermédia: PROMOVER O EMPREENDEDORISMO EM AVEIRO

Este seminário teve como objetivo avaliar o trabalho já efetuado pelos parceiros no âmbito do Aveiro Empreendedor, e divulgar algumas das futuras ações. Esta conferência, realizada na tarde de 11 de dezembro de 2012, pretendia ainda despertar comportamentos e atitudes empreendedoras e promover ou consolidar uma cultura de empreendedorismo e inovação, com enfoque nas empresas.

Com intervenções por parte da AIDA, da AGIR - Associação para a Modernização e Revitalização do Centro Urbano de Aveiro, da Câmara Municipal de Aveiro e da IEUA – Incubadora de Empresas da Universidade de Aveiro e de outros parceiros deste projeto, esta conferência terminou com a assinatura de protocolos para dar continuidade a este projeto, tornando-o ainda mais apelativo no apoio às PME e na promoção do Empreendedorismo nas escolas e na comunidade em geral.

Ao longo desta conferência, foi necessária a receção aos participantes e o registo fotográfico da iniciativa.

4ª SESSÃO INVESTOR READINESS ARENAS

No âmbito deste projeto do Aveiro Empreendedor, a AIDA promoveu, no dia 1 de Fevereiro 2013, a 4ª sessão de encontros de networking designados por "Investor Readiness Arenas".

Esta iniciativa teve como objetivo envolver os empresários e criar interações entre os mesmos e os *Business Angels*, empreendedores e empresários, permitindo a partilha de experiências e a orientação para o desenvolvimento dos projetos e sua expansão. Nesta iniciativa todos os presentes foram ainda convidados a participar num novo concurso de empreendedorismo, sendo o prémio uma viagem a Silicon Valley.

Ao longo desta iniciativa as tarefas desenvolvidas variaram entre a busca de informações necessárias para o Gabinete de Comunicação e Imagem e a recolha de fotos para o Departamento de Apoio Técnico.

Inquéritos de CONJUNTURA ECONOMICA DA REGIÃO DE AVEIRO

A pedido do Departamento de Apoio Técnico, realizou-se um conjunto de chamadas telefónicas para as empresas envolvidas no projeto Aveiro Empreendedor, para que as interessadas pudessem responder ao 2º inquérito sobre a Conjuntura Económica da Região de Aveiro.

Este inquérito constitui um instrumento de recolha de dados privilegiado, “que possibilita a recolha de dados sobre a realidade económica da região; estabelecer meios comparativos de conjuntura económica regional, nacional e internacional; disponibilizar às empresas e demais agentes económicos informação de mercados; monitorizar, perspetivar e antecipar tendências de evolução; e aplicar instrumentos que se revelem necessários e sejam específicos da realidade regional” (AIDA, 2012, p. 10).

Nota para o facto, de as empresas que respondam ao inquérito receberem uma verba financeira pela sua contribuição.

3.3.2. EEN – Enterprise Europe Network

A rede EEN - Enterprise Europe Network é um projeto europeu para a promoção de um ambiente inovador tendo em vista o processo de internacionalização das PME. Em Portugal, a AIDA é um dos pontos de contacto em que os empresários se podem apoiar para a realização do seu processo de internacionalização e expansão dos seus negócios. Assim, cabe ao gabinete do EEN da AIDA promover iniciativas que propaguem a competitividade e a inovação e que sensibilizem as empresas para os apoios dados pela Comissão Europeia. É ainda função deste gabinete potenciar parcerias europeias entre empresas e entidades e apoiar as empresas no concurso a projetos europeus, não deixando de informar e aconselhar as PME.

Ao longo do estágio, foram solicitados dois tipos de tarefas no âmbito deste projeto.

A primeira foi a de pesquisar e fornecer sugestões de seminários que se enquadrassem nos objetivos deste projeto, sendo que foram sugeridos os seguintes temas:

IMPULSO JOVEM: impulsionar novas ideias - O objetivo deste seminário passava por informar sobre as mais-valias deste programa, pretendendo esclarecer todas as empresas que queiram usufruir das vantagens do mesmo.

Preparar ou Reparar o seu plano de Internacionalização - Partilhar com empresários a forma como cada empresa se deve organizar para trabalhar lá fora, transmitindo algumas sugestões de planeamento e condução das respetivas estratégias de internacionalização.

Empreendedorismo: agentes de apoio - Informar e encaminhar os potenciais empresários para os agentes que lhes permitam potenciar a sua empresa / unidade de negócio.

Mais Europa - Dar às empresas a possibilidade de melhorarem os níveis de integração e de coerência das ações a desenvolver, focalizando-as, ainda mais, na promoção da competitividade da economia regional, e conseqüentemente, europeia.

EXPORTAR! Com um olhar sobre a Europa - O principal objetivo seria abordar as Exportações e a Internacionalização como desígnios nacionais e divulgar mecanismos de apoio e de financiamento às Exportações no contexto europeu.

Vender para além de Berlim - A sessão procuraria abordar o leste da Europa de uma forma integrada e dar a conhecer às empresas algumas das principais oportunidades de negócio aí existentes.

A segunda tarefa desenvolvida para este projeto foi a criação de Brochuras Temáticas, para posteriormente serem publicadas, como promoção de temas de interesse para as PME. Os temas abordados foram os seguintes:

INVISTA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA SUA EMPRESA – nesta brochura foi destacada a necessidade de internacionalizar, as suas motivações e as modalidades para a mesma. Foi ainda desenvolvido o assunto do processo de decisão para se

internacionalizar e relembrados os benefícios da internacionalização, bem como identificados os 10 mandamentos para ter sucesso e os erros a evitar ao longo deste processo.

ABERTURA DE CANDIDATURAS 7º PQ – nesta brochura foi identificada razão da existência deste programa de apoio e os meios que oferece em prol da investigação. A mesma continha ainda informações relativas a como participar no próprio, bem como indicações para evitar erros na formulação da candidatura.

FRANCHISING: UMA ESTRATÉGIA A SEGUIR PELA SEUA EMPRESA? – com o objetivo de informar os empresários sobre este ramo de negócio, esta brochura incluía muita informação útil sobre o franchising e como iniciar um processo de franchisador, sendo ainda apresentados conteúdos sobre a rentabilidade, a viabilidade e a formatação de um negócio de franchising.

MAIS INOVAÇÃO, MAIOR COMPETITIVIDADE – a brochura sobre este tema incluía informação relevante sobre a inovação e a sua importância e qual a sua dinâmica, em particular em Portugal. No caso da competitividade, também foram identificadas as suas principais definições, terminando esta pequena brochura com um texto apelando ao ditado: quem não semeia, não colhe!

3.3.3. SIGAME

O projeto SIGAME – Sistema de Informação Georreferenciado de Apoio à Metalurgia e Eletromecânica, é um projeto promovido em conjunto pela AIDA e pela ANEME – Associação Nacional das Empresa Metalúrgicas e Eletromecânicas, tendo como principal objetivo incrementar uma estratégia inovadora de cooperação.

O SIGAME tem como base potenciar as transações comerciais para os países Africanos, sendo que para tornar esses laços comerciais eficazes, pretende primeiro dar a conhecer de forma detalhada o tecido empresarial das regiões abrangidas.

Para além das empresas e dos serviços presentes nestas regiões, o projeto SIGAME pretende, numa próxima fase, apresentar informação georreferenciada sobre diversos

locais de interesse ou de utilidade para as pessoas. Assim, durante o período de estágio na AIDA, e a pedido do Departamento de Apoio Técnico, realizou-se uma busca de informação sobre os seguintes pontos de referência:

- Infraestruturas de transporte: Portos marítimos; Aeroportos; Terminais TIR / Plataformas logísticas e Estações da CP;
- Equipamentos de saúde: Hospitais, Clínicas, Termas e Farmácias;
- Equipamento de Ensino: Universidade e Institutos Politécnicos;
- Equipamentos Tecnológicos – Científicos: Centros tecnológicos, Unidades de Investigação e Laboratórios de metrologia;
- Instituições: Câmaras municipais, Bombeiros, Tribunais, Comandos da PSP e da GNR;
- Equipamentos Culturais: Teatros, Cinemas, Museus, Centros Culturais e Bibliotecas;
- Equipamentos Desportivos: Estádios e Pavilhões Desportivos, entre outros;
- Turismo: Hotéis e Postos de Turismo.

A pesquisa foi feita para as NUTIII do Baixo Vouga e Entre Douro e Vouga e para a Zona Oeste. As informações recolhidas foram através da internet e a informação georreferenciada através do *Google Maps – StreetView*.

3.4. Missões Empresariais

Com o objetivo de apoiar e incentivar as empresas no seu processo de internacionalização, a AIDA realiza inúmeras missões empresariais a diferentes mercados. Estes mercados podem ser emergentes ou maduros, desde que, apresentem oportunidades de negócio para as empresas da região.

No decorrer do estágio, e devido a necessidade de recolha de informação, colaborámos na pesquisa de informações sobre empresas do ramo farmacêutico, em Luanda e em Benguela, possibilitando, assim, o agendamento de reuniões para o tecido empresarial que iria integrar a MISSÃO EMPRESARIAL A ANGOLA, entre os dias 6 e 13 de abril de 2013.

Preocupada em promover um aumento das exportações através do contacto entre os agentes de procura e oferta, o Gabinete de Relações Externas da AIDA, promoveu também missões de importadores ao nosso distrito. Devido a esse facto, e aquando da visita de empresários brasileiros à nossa região, no passado mês de dezembro de 2012, efetivaram-se diversas chamadas telefónicas para empresas ligadas ao setor agroalimentar, cerâmica, equipamentos para processamento de alimentos, moldes para a indústria de plásticos, acessórios para tubos, empresas de mobiliário para cozinha, escritório, hotelaria e casa, empresas de design, entre outras, objetivando o agendamento de reuniões/visitas.

3.5. Seminários

Sendo uma das funções da AIDA a prestação de informações nas diversas áreas de interesse para o tecido empresarial, destinado aos diferentes níveis hierárquicos das entidades, todos os departamentos da AIDA realizam seminários, genéricos ou especializados.

3.5.1. Seminário Especializado: FRANCHISING: UMA ESTRATÉGIA A SEGUIR PELA SUA EMPRESA?

O *franchising* é, por definição, “um modelo ou sistema de desenvolvimento de negócios em parceria, através do qual uma empresa, com um formato de negócio já testado, concede a outra empresa o direito de utilizar a sua marca, explorar os seus produtos ou serviços, bem como o respetivo modelo de gestão, mediante uma contrapartida financeira” (EEN, 2013, p. 1).

Neste âmbito, a AIDA promoveu um seminário especializado sabendo que o Franchising pode ser um recurso bastante interessante na estratégia de crescimento das PME’s, visto que abre a possibilidade de expandir uma fórmula vencedora em diversos mercados sem perder a identidade do negócio.

Esta ação, promovida pelo gabinete EEN, era destinada a empresas e indivíduos que estivessem interessados na possibilidade de expandir o seu negócio através de uma rede

de *franchising*, tendo como orador, Bruno Santos, que entre outras funções, é o atual Vice-Presidente da Associação Nacional de Franchising.

Na preparação para este seminário, elaborou-se uma lista de possíveis oradores para o mesmo, formulando-se ainda uma carta de apresentação do seminário e o primeiro modelo do *flyer* de divulgação da formação. Dias antes da data proposta para a realização deste seminário, 19 de dezembro de 2012, efetivaram-se diversas chamadas telefónicas, de modo a cativar os empresários a participar neste evento.

3.5.2. Seminário Especializado: “ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR OS CUSTOS LOGÍSTICOS”

A logística é dos principais fatores na competitividade das empresas, contribuindo para uma maior capacidade de reação, num curto espaço de tempo, à evolução da procura, assegurando assim diversas vantagens competitivas na qualidade dos produtos e no aumento consequente das vendas.

Nesse sentido, e verificado o aumento da importância da logística no planeamento, qualidade e na gestão e controlo logístico integrados de uma empresa, o Gabinete de Comunicação e Imagem da AIDA, realizou um seminário especializado sobre este assunto. Tendo como público-alvo os responsáveis e gestores das áreas de distribuição e logística das empresas e os consultores de gestão, o seminário foi administrado por Sandra Augusto, diretora de logística da Volkswagen AutoEuropa.

Foi junto das 2 dezenas de participantes neste seminário que surgiu a oportunidade de adquirir uma visão integrada da função logística naquela empresa, e conhecer exemplos práticos para a otimização e gestão logística e debater os atuais desafios e vantagens da multimodalidade de transporte. Num seminário com a duração de 4 horas, e realizado a 17 de Outubro de 2012, observámos ainda, através de vídeos, exemplos práticos da gestão logística da AutoEuropa. O auxílio ao check-in do seminário foi a nossa contribuição para a realização do mesmo.

3.5.3. Seminário Especializado: NETWORKING EM REDES SOCIAIS: CONVERTA CONTACTOS EM NEGÓCIOS

As redes sociais são, nos nossos dias, uma importante plataforma de trabalho, cujas vantagens nem sempre são aproveitadas por parte das empresas, principalmente na sua gestão empresarial diária. A AIDA, através do seu Gabinete de Comunicação e Imagem, realizou este seminário com a intenção de dotar os participantes de competências e instrumentos para uma eficiente gestão dos contactos proporcionados pelas redes sociais, bem como a forma de os rentabilizar para futuras vendas.

Realizado a 27 de fevereiro de 2013, sobre orientação de Filipe Carrera, um dos melhores especialistas internacionais nesta área, o seminário teve como público 10 participantes, com cargos de administração ou de gestão da comunicação. A contribuição para a realização deste seminário consubstanciou-se na realização de inúmeras chamadas telefónicas para incentivar as empresas a participar e no auxílio ao *check-in* no mesmo.

3.5.4. Seminário: FATURA ELETRÓNICA E NOVO REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO

Ciente das dúvidas levantadas pelas recentes alterações no âmbito da aplicação das regras de faturação, o Gabinete Jurídico da AIDA, promoveu no dia 31 de janeiro de 2013, este seminário destinado a responder as dúvidas sobre as novas regras de faturação, os benefícios fiscais em sede de IRS e as novas regras do regime de bens em circulação.

Juntamente com 3 dezenas de administradores ou responsáveis pela área financeira das empresas, frequentámos este seminário registando igualmente através de fotografia os melhores momentos, que durou para além das 4 horas programadas, notando a importância dos temas abordados. Sob orientação de Luís Neves e Patrick Gomes, ambos profissionais da AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, foi enquadrado neste seminário o motivo para as alterações efetivadas; informadas as novas regras de faturação e que procedimentos devem ser realizados; apresentado o projeto e-fatura; como certificar as faturas emitidas e quais as alterações e os objetivos do novo regime de bens em circulação.

3.5.5. Seminário: ORÇAMENTO DE ESTADO 2013

Com o intuito de esclarecer os destinatários sobre as principais alterações fiscais introduzidas e decorrentes da Lei do Orçamento de Estado para 2013, o Gabinete Jurídico da AIDA, promoveu a 7 de fevereiro de 2013, juntamente com a AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, este seminário de extrema relevância para as empresas.

Tendo como oradores António Costa, Chefe de Finanças, Sílvia Almeida e Luís Neves, inspetores tributários da AT, o seminário com duração de 4 horas abordou temas como o IRS; o Património; questões de contencioso; o IRC e o IVA. Ao longo do seminário foram dissipadas algumas dúvidas que os administradores e responsáveis pelo departamento financeiro das empresas colocaram sobre as alterações provocadas por este orçamento. Durante o seminário a que assistimos, tivemos a tarefa de registar fotograficamente alguns dos seus momentos.

Ao longo do estágio foi ainda solicitada a colaboração na promoção dos seguintes seminários, através da realização de chamadas telefónicas para as empresas e junto dos seus administradores:

Seminário: MAIS INOVAÇÃO, MAIOR COMPETIVIDADE (11 de dezembro de 2012) – promovido pelo Gabinete EEN teve como objetivo informar e sensibilizar os participantes para a implementação de metodologias de “Open Innovation” de 2012.

Seminário: INVISTA NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA SUA EMPRESA (19 de dezembro de 2012) – diligenciado pelo Gabinete EEN visou dotar as empresas de ferramentas e competências adequadas à expansão internacional do seu negócio.

Seminário: AVALIAÇÃO DE CICLO DE VIDA: FUNDAMENTOS E ESTUDOS DE CASO (14 de dezembro de 2012) – realizado pelo Departamento de Apoio Técnico, permitia reconhecer a finalidade da Avaliação de Ciclo de Vida e de que forma a mesma é uma importante ferramenta de apoio ao processo de tomada de decisão em ambiente empresarial.

Foi igualmente pedido, pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, que fosse realizado uma prospeção de possíveis oradores para os seguintes seminários a realizar durante o ano de 2013:

- Seminário Especializado “A Fiscalidade nos Negócios Internacionais”
- Seminário Especializado “Regime e Contencioso Aduaneiro de Moçambique”
- Seminário Especializado “Contabilidade e Fiscalidade nas Operações sobre o Capital das Empresas”
- Seminário Especializado “Aumentar a eficiência na Gestão de Cobranças – Como prevenir e agir”

3.6. Publicações

A AIDA publica um conjunto de publicações que pretendem assegurar que o tecido empresarial e, as entidades e instituições oficiais se mantêm informadas acerca de aspetos relevantes sobre do setor industrial, regional e nacional, e acerca das atividades desenvolvidas por esta associação.

3.6.1. Revista InfoAIDA

Esta publicação trimestral tem como foco principal divulgar informação sobre as atividades da AIDA e temáticas importantes para o tecido empresarial. Ao longo do estágio colaborou-se na publicação dos números de outubro e de dezembro, nomeadamente na formatação ou revisão de textos sobre as seguintes temáticas:

- 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro
- Orçamento de Estado 2013
- Reindustrialização da Indústria

3.6.2. AIDAnews

O Gabinete de Comunicação e Imagem elabora todos os meses uma Newsletter dando especial atenção à atualidade empresarial e reservando um espaço para notícias desenvolvidos pelos associados, bem como, dar a conhecer as iniciativas realizadas e a realizar pela AIDA.

Quadro 1 Resumo dos temas desenvolvidos no AIDAnews, no âmbito do estágio

Edição – Mês de Publicação	Temas analisados e sugeridos para editorial	Temas de notícias observadas e propostas para publicação
62 – outubro 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Paralisação dos Portos • Esforço tributário • IVA de Caixa • O que a Alemanha tem de saber sobre a Indústria da região de Aveiro 	<ul style="list-style-type: none"> • COMPETE – Novos apoios às empresas
63 – novembro 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das Exportações • Orçamento de Estado 2013 • Agravamento Fiscal • Urgência de medidas de eficiência energética • Brasil... mercado emergente 	<ul style="list-style-type: none"> • IMPULSO JOVEM – Apoio à Contratação no Reembolso da Taxa Social Única • PAEL - o caminho para regularizar as dívidas das autarquias às empresas
64 – dezembro 2012	<ul style="list-style-type: none"> • Renegociação das PPP • Financiamento e competitividade na reforma do Estado • Orçamento de Estado 2013 • A estratégia da CEE para a Indústria • Privatização da TAP e da ANA 	<ul style="list-style-type: none"> • Governo lança PME Digital • Programa “Portugal sou eu”
65 – janeiro 2013	<ul style="list-style-type: none"> • Reindustrialização da Indústria • Fusões: novas sinergias • Reforma do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> • Começa o processo de Reindustrializar a Europa • Programa Valorizar
66 – fevereiro 2013		<ul style="list-style-type: none"> • Ministro da Economia debate a “Estratégia para a Reindustrialização” na AIDA
67 – março 2013	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do Estado Social • “Portugal sou eu” • Metas do défice • Taxa recorde do desemprego • Aumentar o crescimento económico 	

Fonte: Produção própria

As publicações de outubro, novembro e dezembro de 2012, assim como, as de janeiro, fevereiro e março de 2013, contaram com a cooperação na pesquisa de notícias, na elaboração de textos, na síntese do calendário fiscal e no sumário de possíveis temas para serem abordados no editorial da respetiva publicação. No quadro 1, apresentado anteriormente, enumeram-se os temas desenvolvidos nestas publicações do AIDAnews.

3.6.3. NewsPALOP’s

A Newsletter sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP, com uma periodicidade mensal, é uma publicação cujo principal objetivo é o de proporcionar às empresas informações e notícias sobre aqueles mercados africanos, tão importantes para

as exportações nacionais e regionais. Para as edições 68, 69, 71 e 72, entre novembro de 2012 e março de 2013, colaborou-se na recolha das notícias sobre estes países africanos, sendo exibido o título das mesmas no quadro 2:

Quadro 2 **Resumo das notícias recolhidas para o NewsPALOP's**

Angola	
68 – novembro	<p>Isabel dos Santos nomeada administradora da ZON Lojas CONTINENTE ANGOLA a um passo da realidade Governo Angolano vai investir em projetos de água</p>
69 – dezembro	<p>Vendas na rua foram proibidas Iniciada construção de refinaria de Lobito Estudo desaconselha consumo de peixe comercializado em praia de Luanda Angolana <i>Newshold</i> quer comprar RTP</p>
71 – fevereiro	<p>Angola realiza fórum de dimensão internacional Angola atrai mais investimentos Trocós mais facilitados Sonangol planeia leiloar este ano 15 blocos de petróleo Angola anuncia intenção de se estrear na emissão de títulos de dívida externa</p>
72 - março	<p>Embaixador de Angola na China distinguido como “Personalidade do Ano” Jornal de Angola defende fim dos investimentos em Portugal Novas notas em circulação Indústria angolana tem bom potencial Sucesso de Angola</p>
Cabo Verde	
68 – novembro	<p>Exportação de pescado ultrapassou os sete milhões de quilos Cabo-Verde recebe visita de Passos Coelho Passos Coelho visita Barragem da Faveta</p>
69 – dezembro	<p>Segurança marítima offshore Barragem de Poilão aumenta receitas Cabo Verde é o 2º destino mais procurado pelos portugueses no Google</p>
71 – fevereiro	<p>Turismo em Cabo Verde cresce 12,3% Municípios dos Açores e de Cabo Verde defendem criação de ligações aéreas e marítimas Isabel dos Santos continua expansão cabo-verdiana: BIC-Angola quer BPN Cabo Verde Cabo Verde aprova taxa turística</p>
72 – março	<p>BIC Angola paga 30 milhões pelo BPN-IFI Cabo Verde Tribunal de Contas exige transparência e rigor FMI diz que DGCI é “um caos” Governo aposta na criação de condições para um setor da pesca sustentável "Cabo Verde vulnerável à lavagem de capitais" Cabo Verde desce uma posição no Índice de Desenvolvimento Humano</p>

Moçambique	
68 – novembro	<p>Porto de Maputo quase duplica manuseamento de carga em relação a 2008 Galp anuncia novas descobertas de gás natural em 'off-shore' de Moçambique Moviflor investiu 10,7 milhões na primeira loja em Moçambique</p>
69 – dezembro	<p>No próximo ano: Mais estradas concessionadas População moçambicana atingirá 24,3 milhões em 2013 A segunda fase das nacionalizações</p>
71 – fevereiro	<p>Universidade Nova abre pólo em Moçambique TAP aumenta voos para Moçambique Banco Mundial analisa viragem económica de Moçambique Cheias em Moçambique já provocaram 113 mortes</p>
72 – março	<p>Aeroportos de Moçambique investem 7,5 milhões de euros no Aeroporto de Pemba Gigantes alemães pesquisam negócios no país Banco Mundial empresta dinheiro ao país para agricultura</p>
São Tomé e Príncipe	
68 – novembro	<p>Presidente da República demite governo Soares da Costa vai construir o edifício do Banco Central de S. Tomé e Príncipe FMI diz que a economia nacional cresce lentamente</p>
69 – dezembro	<p>Novo Código Penal já entrou em vigor São Tomé e Príncipe têm um novo primeiro-ministro Televisão são-tomense no clima de instabilidade</p>
71 – fevereiro	<p>Procuradora-geral da República demitida São Tomé e Príncipe com défice comercial de 143 milhões de dólares em 2012 Angola vai continuar a ser parceiro estratégico de São Tomé e Príncipe</p>
72 – março	<p>Empresa angolana de telecomunicações poderá ser 2ª operadora no mercado são-tomense Empresa Luso-Angolana pretende desenvolver a Pesca em São Tomé e Príncipe Governo avança com plano de contingência para iluminar a pista do aeroporto internacional</p>
Guiné-Bissau	
68 – novembro	<p>FMI adverte Guiné-Bissau Lançada na Guiné-Bissau obra de 6 milhões que inclui centro comercial Secretariado Nacional de Luta Contra Sida diz-se «traído» pelo Fundo Global</p>
69 – dezembro	<p>Um ano para esquecer na Guiné-Bissau Missão conjunta vai medir o "pulso" da Guiné-Bissau</p>
71 – fevereiro	<p>CEDEAO prolonga transição na Guiné-Bissau até ao fim do ano Ramos Horta discute com militares da Guiné Bissau reorganização das Forças Armadas</p>
72 – março	<p>UNICEF na Guiné-Bissau alerta para perigos de água insegura Guiné-Bissau país lusófono com maior risco político Água e eletricidade chegam a aldeias isoladas na Guiné-Bissau China entrega Estádio Nacional de futebol remodelado</p>

Fonte: Produção própria

3.6.4. Livro 25 anos

Em 2011 a AIDA celebrou 25 anos de existência.

Assim, e considerando o importante percurso e papel que a AIDA desempenhou em prol do associativismo industrial, conforme já demonstrada de forma breve no capítulo II deste trabalho, foi decidido publicar-se um livro comemorativo dos 25 anos.

Esta publicação é da responsabilidade do Gabinete de Comunicação e Imagem tendo passado, posteriormente, para o Gabinete Jurídico para ser efetuada uma revisão dos conteúdos.

A pedido do Gabinete Jurídico, efetuou-se uma verificação de possíveis gralhas nos conteúdos desta publicação, bem como numeração dos registos fotográficos selecionados.

3.6.5. 1º Diretório Bilingue das Empresas da Região de Aveiro

A publicação deste Diretório é o intento da AIDA, objetivando reunir informação atualizada de âmbito económico/empresarial do tecido empresarial associativo e não associativo, incluindo uma pequena apresentação da região de Aveiro. A mesma será bilingue (português e inglês), de modo a ser distribuída pela rede EEN e através das missões empresariais que a AIDA concretiza.

Dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, procedeu-se à revisão do e-mail publicitário do Diretório, que posteriormente será enviado às empresas. Ainda se diligenciou uma lista de possíveis parceiros publicitários para esta publicação, fazendo para tal, um conjunto de chamadas telefónicas. A conclusão do Diretório está prevista para finais de 2013.

Ao longo do estágio foi ainda solicitada a contribuição na publicação de alguns textos para o Espaço AIDA no Diário Regional de Aveiro e de outros artigos para diversos órgãos de comunicação social. Colaborou-se, igualmente, na preparação de textos para o Plano de Atividades de 2013 e para o Relatório de Contas de 2012. Sendo que, no caso do Plano de Atividades, procurámos sugerir um conjunto de atividades que os serviços do Gabinete de Comunicação e Imagem pudessem realizar.

3.7. Associados da AIDA

Na realização do estágio junto do Gabinete de Comunicação e Imagem surgiu a oportunidade de conviver e trabalhar diretamente com e para os associados da AIDA.

Plano de benefícios para os associados da AIDA

Com o objetivo de requalificar a rede de parceiros e de benefícios que os associados da AIDA adquirem ao se aliarem a esta associação, desenvolveu-se uma prospeção de possíveis “Protocolos de cooperação” que a AIDA podia oferecer às suas empresas.

Após consulta dos atuais processos para os associados, reunimos uma lista de parceiros nas seguintes áreas:

- Desporto e lazer
- Hotelaria e Restauração
- Seguros e Investimentos
- Livros, Jornais e Papelaria
- Prestação de serviço a empresas
- Transportes
- Saúde
- Entidades Públicas
- Outros

Para além desta lista, sugerimos um conjunto de iniciativas tendo em vista a captação de novos associados.

Oferta de bilhetes para os jogos do Sport Clube Beira-Mar

No âmbito de uma parceria estabelecida entre a AIDA e o Sport Clube Beira-Mar Futebol SAD, a AIDA ofereceu a todos os associados a oportunidade de presentearam os seus colaboradores com um bilhete para assistir aos jogos SC Beira-Mar – CD Nacional e SC Beira-Mar – SC Olhanense, da Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Para que os associados pudessem levar os bilhetes teriam de enviar uma declaração identificada com o número de colaboradores, e foi na receção das mesmas e na entrega dos bilhetes, que empenhámos algumas horas do estágio.

3.8. Comunicação Externa

O Gabinete de Comunicação e Imagem tem como principal função divulgar a imagem e promover os serviços da AIDA, através da comunicação de diversa informação. Desse modo, ao longo do estágio desenvolveu-se um conjunto de tarefas relacionadas com a comunicação externa desta associação. Uma das principais tarefas foi a constante atualização da base de dados das PME e dos órgãos de comunicação social, resultado das inúmeras chamadas telefónicas realizadas para promoção de eventos. Outra das tarefas, sendo esta destinada a tentar chegar a outro tipo de públicos, era promover as iniciativas da AIDA no *website* de agendamento de eventos da região de Aveiro - <http://www.eventosaveiro.com/>. Participámos ainda em diversas avenças para promoção de iniciativas ou para agendamento de Assembleias-Gerais da AIDA.

Dado que para se estar atualizado é necessário estar-se informado, ao longo do estágio foram realizadas inúmeras pesquisas de informação de utilidade e interesse da associação.

3.9. Outras tarefas

No decorrer do estágio contribuiu-se ainda para o processo de apresentação de uma candidatura para Projetos Conjuntos, que pretendia que as associações se reunissem em prol do desenvolvimento das empresas. Neste âmbito, foi realizado um *brainstorming* para o desenvolvimento de uma candidatura, tendo emergido os seguintes itens:

- Implementação de um modelo de controlo de custos unitários de fabrico, através da utilização de software;
- Planeamento e implementação de uma estratégia de marketing;
- Criação e planeamento de uma plataforma de comércio eletrónico;
- Promoção do reforço das qualificações dos empresários, quadros e trabalhadores em ligação com o reconhecimento, validação e certificação de competências;
- Promoção de serviços em modo Multicanal;
- Implementação de reengenharia de processos;
- Promoção da inovação entre colaboradores e quadros das empresas.

O âmbito da candidatura foi posteriormente alterado, deixando de existir contribuição direta para o mesmo.

Na sequência do estágio, surgiu ainda a oportunidade de desenvolver várias pesquisas sobre Boas Práticas associativas em prol das empresas ou através das mesmas. Neste campo, reportámos uma série iniciativas de boas práticas nos âmbitos da Criatividade e do Empreendedorismo.

Por último, desenvolveu-se ainda um conjunto de outras tarefas de apoio (organização de espaços, arrumação de espaços, impressão, entre outras) não consideradas relevantes para serem expostas neste documento.

4. O papel do associativismo no tecido empresarial do distrito de Aveiro

4.1. Metodologia

4.1.1. Construção da investigação: os contornos metodológicos

Devido a constante posição das associações empresariais e industriais “como instituições de intermediação entre as empresas e os agentes económicos e as políticas industriais” (TOLDA, 1996, p. 1), torna-se importante este estudo sobre o associativismo industrial e o seu contributo para as empresas.

O objeto de estudo deste relatório pretende relevar a importância do setor industrial para a caracterização de um tecido empresarial e perceber de que forma a aglutinação de empresas deste setor, através do associativismo, pode dinamizar e acrescentar valor aos produtos desenvolvidos e aumentar os valores associados a estas produções. Perceber «Qual o papel do associativismo no tecido empresarial do distrito de Aveiro?» foi a questão central no desenvolvimento deste relatório. Sendo que esta interrogação nos levará a concluir quais as vantagens e desvantagens do associativismo para as empresas e se, verdadeiramente, elas são fulcrais e acrescentam valor ao desenvolvimento empresarial e industrial.

4.1.2. Paradigmas de investigação

Um paradigma é “uma tentativa de compreender toda uma mutação na forma de produzir conhecimentos ao longo do desenvolvimento da ciência e como estas influenciam a nossa forma de pensar e investigar” (CAMPUSWIKIUA, 2012).

A comparação entre os diferentes paradigmas de investigação gravitam muito na confrontação entre as abordagens quantitativa e qualitativa. A investigação qualitativa “foca um modelo fenomenológico no qual a realidade é enraizada nas perceções dos sujeitos; o objetivo é compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações em vez de através de números.

A investigação qualitativa normalmente ocorre em situações naturais em contraste com a investigação quantitativa que exige controlo e manipulação de comportamentos e lugares” (BENTO, 2012, p. 1). Segundo Bell (1999, p. 7-8), “os pesquisadores quantitativos coletam factos e estudam a relação de um conjunto de dados. Eles usam técnicas que são suscetíveis de produzir dados quantificados e, se possível, conclusões generalizáveis.

Os pesquisadores que adotam uma perspetiva qualitativa estão preocupados no modo de entender os indivíduos perspetivando o mundo”. Contudo, há momentos em que os investigadores utilizam uma “pesquisa mista que envolve a mistura de métodos de pesquisa quantitativos e qualitativos, abordagens, ou características de outros paradigmas” (JOHNSON et al., 2008, p. 34). Na tabela 8 são expressas as principais diferenças entre estas abordagens.

Tabela 8 **Enfâses sobre as Pesquisas Quantitativas, Qualitativas e Mistas**

	Pesquisa Quantitativa	Investigação Mista	Pesquisa Qualitativa
Método científico	Dedutivo ou "top-down	Dedutivo e indutivo	Indutivo ou "bottom-up"
Vista do Comportamento humano	Comportamento é regular e previsível	Comportamento é um pouco mais do que previsível	Comportamento é fluído, dinâmico, situacional, social, contextual e pessoal
Objetivos de pesquisa comuns	Descrição, explicação e predição	Múltiplos objetivos	Exploração, descrição e descoberta
Foco	Ângulo de visão estreito, testes, hipóteses específicas	Múltiplos focos	Ângulo de visão grande, examina a amplitude e profundidade dos fenômenos
Interesses	Leis gerais	Ligar o geral e o local	Pessoas e grupos pessoais/locais
Natureza da observação	Tentativa de estudar o comportamento sob condições controladas	Comportamento em estudo mais do que um contexto ou condição	Estudo do comportamento em ambientes naturais. Estudo do contexto no qual o comportamento ocorre
Natureza da realidade	Objetivo	Senso comum e pragmatismo	Subjetiva, pessoal e socialmente construída
Forma dos dados recolhidos	Recolha de dados quantitativos baseados na medição exata utilizando dados estruturados e validados	Múltiplas formas	Recolher dados qualitativos. O pesquisador é o instrumento para recolher os dados primários
Natureza dos dados	Variáveis	Mistura de variáveis	Palavras, imagens, categorias
Análise dos dados	Identificar relações estatísticas	Combinação qualitativa e quantitativa	Busca por padrões, temas e várias características
Resultados	Achados genéricos	Prestação de vários pontos de vista	Descobertas particularistas. Presentes múltiplas perspetivas
Forma final de apresentação	Relatórios estatísticos	Mistura de números e de narrativas	Relatórios narrativos

Fonte: adaptado de Johnson, Burke e Christensen, Larry (2008)

Neste estudo a abordagem mais utilizada foi o tipo de abordagem qualitativa, devido à natureza do estudo sendo a mais apropriada para a análise do tema estudado. Contudo, por necessidade de aproveitamento de algumas informações relevantes, foram utilizados dados quantitativos secundários, estando estes enquadrados na abordagem quantitativa.

4.1.3. Instrumentos de recolha informação

A recolha de informação é “o processo organizado posto em prática para obter informações junto de múltiplas fontes, com o fim de passar de um nível de conhecimento para outro nível de conhecimento ou de representação de uma dada situação, no quadro de uma ação deliberada cujo objetivos foram claramente definidos e que dá garantias de validade suficientes” (DE KETELE et al., 1999, p. 17). Deste modo, existem diversos métodos de recolha de informação, sendo que para este estudo se recorreu aos seguintes métodos: análise documental, observação participante – diário de atividades profissionais, entrevistas e dados secundários.

4.1.3.1. Análise documental

A pesquisa e a análise documental, sendo uma pesquisa do tipo qualitativa, permite trazer para um estudo pensamentos de carácter inovador., sendo que a “análise de documentos é ainda um importante meio de aumentar a informação disponível para comparação” (MELO et al., 2008, p. 75).

Segundo Godoy (1995, p. 22), a análise documental tem três interessantes vantagens que contribuem para uma investigação:

- Permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico
- Constitui uma fonte não-reativa, isto é, as informações nelas contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo
- É apropriada quando queremos estudar longos períodos de tempo, procurando identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenómeno”

Contudo, para este autor, também existem limitações que prejudicam o processo de pesquisa, visto que muitos documentos não foram produzidos “com o propósito de

fornecer informações com vista à investigação” (GODOY, 1995, p. 22), referindo-se ainda ao facto de os documentos não estarem padronizados e de serem complexos de capturar.

Ao longo deste estudo foi recolhido um conjunto de informações que posteriormente foram analisadas e interpretadas. No processo de recolha de informação foi imprescindível recorrer a um conjunto de bibliotecas (Bibliotecas da Universidade de Aveiro, Biblioteca da AIDA e Bibliotecas de Informação Online) para obter toda a informação considerada pertinente para o estudo.

A pesquisa foi realizada através de documentos publicados, sendo a natureza dos mesmos variada. Foram utilizados documentos escritos e audiovisuais publicados, tais como livros, revistas científicas, manuais, *newsletters*, brochuras temáticas, artigos da imprensa, entre outros. Recorreu-se também a “documentos oficiais e ainda a documentos abertos” (DE KETELE et al., 1999, p. 37), como grelhas de avaliação.

A quantidade de informação documental recolhida é apresentada ao longo de todo o relatório, tendo sido apresentada em maior quantidade no primeiro capítulo, dedicado à evolução da indústria e do associativismo industrial em Portugal.

4.1.3.2. Diário de atividades profissionais

“O principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador e os principais procedimentos são a presença prolongada no contexto social em estudo e o contacto direto, em primeira mão, com as pessoas, as situações e os acontecimentos” (SILVA et al., 1986, p. 137). A observação participante num processo de investigação é um dos melhores métodos de investigação existentes, visto que permite perceber a realidade e ter uma perceção diferente do tema que estamos a abordar.

Para uma recolha de informação exata e proveitosa para conclusões futuras, foi necessário ao longo da observação participante, realizar um diário de atividades profissionais. Estes diários são “uma forma atrativa de recolher informações sobre a forma como as pessoas gastam o seu tempo. (...) Não são meros registos de trabalhos ou revistas pessoais de pensamentos e atividades, mas registos ou recordações das atividades profissionais” (BELL, 1999, p. 147).

No processo de investigação que se levou a cabo, e devido ao facto de ter desenvolvido um estágio, decidiu-se escrever um diário com as atividades profissionais realizadas no decorrer do mesmo. Para Bell (1999, p. 147) este relato de atividades através deste registo de informação, pode ser uma fonte importantíssima, uma vez que é escrito quase em tempo real.

Este relatório apresenta vários resultados descritos no diário redigido, e que foi apresentado principalmente no capítulo anterior, sendo que a informação foi agrupada por temas e tenta descrever sinteticamente as atividades desenvolvidas ao longo do estágio.

4.1.3.3. Dados de fontes secundárias

A “análise secundária é a análise de dados por pesquisadores que, provavelmente, não foram envolvidos na recolha dos dados, para fins, que com toda a probabilidade, não foram previstos pelos responsáveis pela recolha de dados” (BRYMAN et al., 2007, p. 326).

Assim o termo “secundário” é usado para referir que o pesquisador da informação não foi responsável pela recolha direta dos dados, ao contrário dos dados primários, gerados pela própria avaliação. Estes dados secundários poderão ser conseguidos de diversas formas, sendo usual referir que os dados são recolhidos de fontes internas ou externas.

Ao longo deste relatório foram utilizados dados secundários fornecidos através de uma fonte interna, a AIDA, e de fonte externas, como o INE – Instituto Nacional de Estatística e outras publicações existentes.

4.1.3.4. Entrevistas

A entrevista é geralmente a “principal ferramenta utilizada para recolher dados para a pesquisa interpretativa”(MELO et al., 2008, p. 75), sendo que apresenta um conjunto de vantagens que a valorizam em relação aos outros métodos de recolha de informação. Podemos constatar, por exemplo, que as entrevistas “podem ser usadas com quase todos os segmentos da população (...) e, geralmente, atingem uma amostra muito melhor da população geral” (SELLTIZ et al., 1974, p. 271), sendo que ainda, são dos métodos de

investigação mais flexíveis e que apresentam a possibilidade de repetição ou aperfeiçoamento.

Contudo, a opinião sobre esta técnica é distinta entre vários autores, se para Bell (1999, p. 135) a entrevista “é uma técnica altamente subjetiva e, portanto, existe sempre o perigo de distorções”, já para outros, como Selltiz (1974, p. 273) “a entrevista é a técnica mais adequada para a revelação de informação”.

A verdade é que na abordagem qualitativa, a entrevista é o método de recolha de informação mais frequentemente utilizado. Neste relatório, este método foi utilizado para verificar de que modo os intervenientes de uma associação industrial e das empresas avaliam o trabalho desenvolvido pelas associações industriais no desenvolvimento do tecido empresarial do distrito de Aveiro.

Para a realização deste relatório optou-se por entrevistas semiestruturadas. A escolha deste tipo de entrevistas deveu-se ao facto de se quererem verificar determinados aspetos do tema em análise, comparativamente à reflexão desenvolvida ao longo da revisão bibliográfica e da experiência retirada do estágio realizado. Procurou-se ainda analisar as interpretações, as experiências e os sentimentos dos entrevistados, através da recolha de contributos profícuos e autênticos.

GUIÃO DAS ENTREVISTAS

Antes de realizar as entrevistas, produziu-se um guião orientador de recolha de dados, que permitisse realizar questões semelhantes a todos os entrevistados e orientar a realização das mesmas. Esta estrutura de guião será apresentada no anexo 2 e 3, no final deste relatório.

Após a concretização do estágio, o objetivo da realização destas entrevistas passava por entender de que forma o trabalho das associações teria impacto para as empresas e de que forma os intervenientes da organização de acolhimento viam o seu próprio labor. Assim, as questões levantadas tentavam perceber quais as principais vantagens e desvantagens do trabalho realizado pelas associações empresarias/industrias e de que forma teriam impacto na mudança ou no desenvolvimento do tecido empresarial.

ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

Os intervenientes selecionados para as entrevistas foram escolhidos devido a diversos fatores. Tentando perceber as ideias da direção e a opinião dos colaboradores da associação industrial que acolheu o estágio, foi realizada uma entrevista à Diretora-Geral da AIDA. Para escutar o tecido empresarial, e devida à sua grande heterogeneidade, foram definidos dois critérios, Grandes Empresas e Pequenas empresas², tentando igualmente perceber como as associações podem ajudar as empresas com diferentes dimensões. As grandes empresas foram selecionadas através da Revista “1000 maiores empresas do distrito de Aveiro”, sendo que o convite para a entrevista foi enviado às 20 primeiras classificadas, tendo-se obtido a resposta de 4. Em relação às consideradas pequenas empresas, estas foram escolhidas por proximidade ao edifício-sede da AIDA e a capital de distrito, a cidade de Aveiro, sendo que obtivemos um igual número de entrevistas.

Nestas empresas foi pedido que a entrevista fosse realizada com o responsável que mais se relacionasse com as associações às quais pertencem. As empresas entrevistadas foram as seguintes, conforme exibido na tabela abaixo.

Tabela 9 Empresas entrevistadas

Dimensão	Nome das empresas
Grandes Empresas	PRIO ENERGY S.A.
	PT INOVAÇÃO S.A.
	RENAULT C.A.C.I.A.
	GRUPO SIMOLDES
Pequenas Empresas	BRESIMAR AUTOMAÇÃO S.A.
	ELECTREX
	MICRO I/O, LDA
	PICTONIO

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas decorreram presencialmente, sempre que possível, ou por correio eletrónico. Em relação às entrevistas presenciais a duração das mesmas variou entre os 10 e os 20 minutos. Estas decorreram no período de 1 de maio 2013 a 3 de julho de 2013.

² Entende-se neste estudo por ‘Grandes Empresas’, as empresas com um volume de negócios anual maior que 50 milhões de euros, e por ‘Pequenas Empresas’, as que tem um volume de negócios anual inferior a 10 milhões de euros.

Para manter a confidencialidade dos entrevistados das empresas, as entrevistas serão posteriormente apresentada pelos códigos de EE1 a EE8, escolhidos de forma aleatória.

4.2. *Análise dos resultados*

Para completar o objetivo do nosso estudo, e conforme indicado anteriormente, recorreremos, à análise de conteúdo das entrevistas, e como referido por vários autores, “a análise de conteúdo permite inferências sobre a fonte, a situação em que esta produziu o material objeto de análise, ou até, por vezes, o recetor ou destinatário das mensagens. A finalidade da análise de conteúdo será pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (SILVA et al., 1986, p. 114).

Esta análise de conteúdo permite a “interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção” (BARDIN, 1977, p. 42) das mensagens recebidas aquando das entrevistas, possibilitando assim, a obtenção de indicadores e de dados importantes.

Para facilitar a análise, e conforme refere Bardin (1977, p. 117), foi necessário realizar uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género, com os critérios previamente definidos”, ao qual se deu o nome de categorização.

4.2.1. *Análise dos dados*

Para a análise dos dados neste relatório, foi adotada uma categorização que foi agrupada em três dimensões.

A primeira dimensão faz referência à prestação de serviços. Esta dimensão agrupou duas categorias: a motivação para a procura dos serviços e a avaliação da prestação de serviços (sendo que este congrega duas subcategorias). A segunda dimensão agrupa duas categorias: as vantagens das associações e as desvantagens das associações. A última dimensão agrega uma categoria: mudança no papel das associações.

4.2.1.1. Primeira Dimensão – Serviços das Associações

São vários os serviços oferecidos pelas associações empresariais/industriais às empresas e que são reveladores do papel que estas vão tendo junto do tecido empresarial.

Importa referir, antes da justificação para a procura dos diversos serviços que estas organizações dispõem e sua consequente avaliação, que os entrevistados referiram pertencer às seguintes associações:

- AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro;
- AEP – Associação Empresarial de Portugal;
- COTEC Portugal – Associação empresarial para a inovação;
- INOVA-RIA – Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro;
- ASSOFT – Associação Portuguesa de Software;
- AIP – Associação Industrial Portuguesa;
- ANAREC – Associação Nacional de Revendedores de Combustíveis;
- APPB – Associação Portuguesa de Produtores de Biocombustíveis;
- TICE - Pólo de Competitividade das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica;
- AFIA – Associação de Fabricantes Indústria Automóvel;
- CCILF – Câmara do Comércio e Indústria Luso Francês

Foram ainda referidas outras associações, como a APMI – Associação Portuguesa de Manutenção Industrial e a APG – Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas, tendo contudo, os entrevistados afirmado que já não são associados destas associações. Como referiu o EE3 “já não somos, por rentabilidade de custos (...) visto que não eram rentáveis para nós e por isso não justificava continuarmos associados e a pagar essas quotas.”

Em relação aos principais serviços que as empresas usufruem por parte destas associações foram vários os apontados, bem como, referenciados os principais fatores de avaliação dessa prestação de serviço.

Após a análise das entrevistas foi possível criar duas categorias, sendo elas a ‘Motivação para a Procura dos Serviços’ e a ‘Avaliação da Prestação de Serviços’, esta última agrupando duas subcategorias.

MOTIVAÇÃO PARA A PROCURA DOS SERVIÇOS

Quando interrogadas sobre os principais motivos que levavam a sua empresa a recorrer aos serviços de uma associação, as empresas entrevistadas levantaram um conjunto de fatores muito semelhantes, conforme exibido na tabela seguinte.

Tabela 10 Categoria – Motivação para a procura dos serviços (Primeira Dimensão)

Primeira Dimensão – SERVIÇOS DAS ASSOCIAÇÕES	
Categoria	Fatores apontados
Motivação para a Procura dos Serviços	Missões empresariais
	Formação/certificação
	Networking
	Aquisição de informação
	Questões legais ou de consultoria

Fonte: Elaboração própria

Segundo o EE3, um dos principais motivos para a procura dos serviços das associações são as missões empresariais, visto que as próprias fazem muita “divulgação de *workshops*, feiras e missões ao exterior”, permitindo, assim “realizar alguns encontros e viagens”. Para o EE2 e EE8, que já realizaram missões empresariais com diversas associações, este é um serviço muito importante e que beneficia o “processo de internalização” das respetivas empresas.

Outra das principais funções das associações e que levam as empresas a solicitar os seus serviços, é, para os entrevistados, a “área da formação”, sendo que vários empresários e administradores já frequentaram “seminários em diversas áreas conforme o interesse do tema” (EE4). Aliás, neste âmbito, a Diretora-Geral da AIDA relembra que este é um dos serviços mais solicitados pelas empresas, sucedendo que ao longo do ano organizam inúmeros “seminários especializados e formações intraempresa”. Reforçando esta ideia, o EE3 diz que “os *workshops* e formações vão sendo interessantes (...) criando diversas vantagens”.

Sendo as associações um conjunto de associados, neste caso de indústrias e empresas, o relacionamento entre estas e a sua partilha de *know-how* sobre diversos assuntos, tornou-se um serviço inevitável para as associações. Assim, nasceu o fenómeno do *networking*, que segundo EE4, “permite contactar com as empresas e com várias

realidades e assim desenvolver negócios e parcerias”. Como objetiva a Diretora-geral da AIDA “o trabalho em rede potencia o êxito das ações”. o que, certamente, faz desenvolver o tecido empresarial e cada uma das empresas que procura melhorar os seus serviços.

Outra motivação para a procura dos serviços prestados pelas associações é a informação que as mesmas podem prestar aos seus associados. Conforme refere o EE7, é constante as empresas receberem “informação sobre nova legislação, ações de formação, divulgação e participação em parcerias, divulgações de projetos, recortes de imprensa, bem como possibilidade de concorrer a prémios”. Contudo, o tipo de informação expande-se por várias áreas de “informação empresarial, entenda-se aqui nomeadamente, a informação sobre legislação comunitária e nacional, sistemas de incentivo, esclarecimentos de Higiene e Segurança e criação de empresas”, como insiste a Diretora-Geral da AIDA.

Todavia, a importância da informação e de esclarecimentos por parte das empresas, torna-se relevante no campo das questões legais e da consultoria. Muitas são as empresas que solicitam “o esclarecimento de dúvidas ou a obtenção de algum tipo de cadernos” aos gabinetes jurídicos das associações, como refere o EE1. Ou, como relata o EE5, os “serviços de cotação, legislação e de informação jurídica” são os principais serviços de que usufruem.

Por fim, os serviços “de captação de talentos” (EE6), a contribuição na criação “de protocolos” (EE5) e o facto de pertencerem “a uma rede que facilite e influencie, inclusive politicamente, o desenvolvimento” (EE6) foram ainda referenciados pelos entrevistados, como motivações para procurar as associações e os seus serviços.

AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Com a questão lançada aos entrevistados sobre como avaliam os serviços prestados pelas associações e se os mesmos corresponderiam às expectativas inicialmente previstas, foi possível dividir estas em duas subcategorias, designadas por ‘Pontos Positivos’ e ‘Pontos Negativos’, que apresentaremos seguidamente.

AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – Pontos Positivos

Conforme todos os entrevistados referiram, existem sempre pontos positivos no trabalho desenvolvido pelas associações mesmo que os mesmos sejam muito ou pouco aproveitados pelos seus associados. Assim, podemos agrupar como pontos positivos os seguintes fatores, apresentados na seguinte tabela.

Tabela 11 Subcategoria – Pontos Positivos (Primeira Dimensão – Segunda Categoria)

Primeira Dimensão – SERVIÇOS DAS ASSOCIAÇÕES		
Categoria	Subcategoria	Fatores apontados
Avaliação da Prestação dos Serviços	Pontos Positivos	Rede de contactos
		União das empresas
		Informação profícua
		Variedade de atividades
		Consultoria profissional

Fonte: Elaboração própria

Num aspeto geral e global, muitos dos entrevistados referiram-se a avaliação dos serviços prestados pelas associações como “positiva e que na generalidade corresponde às expectativas” (EE6), destacando a sua “boa qualidade” (EE8).

Das mais-valias destacadas pelos entrevistados, temos a rede de contactos e a união das empresas, que se gera com a prestação de serviços pelas associações.

No caso da rede contactos, e apesar de muitos não o considerarem como um serviço, o *networking* e as reuniões entre empresários beneficiam em muito as empresas. Apesar deste tipo de contacto “depende das pessoas que lá estão (...) e do espaço onde as pessoas podem trocar ideias” (EE4) são, muitas vezes, as associações que “galvanizam alguns contactos e alguma envolvimento entre as empresas” (EE3). Em relação a união das empresas, e como destaca o EE4, “o movimento que se cria em redor destas associações (...) dá a oportunidade de juntar empresas que até são vizinhas mas que por algum motivo não se cruzam e não se falam”, sendo que, no futuro, como o próprio EE4 refere, “com a ajuda destas associações que dão muito apoio, se criam oportunidades que não se estavam à espera”.

O âmbito da informação foi também uma das mais-valias destacadas, pois como expõe o EE3, é “fantástico termos equipas que quase trabalham para nós na obtenção e na

condensação de informação, (...) e que depois vão trabalhá-la e divulgá-la seja através de seminários, workshops ou até de informação escrita”.

São ainda destacados como pontos positivos a existência de diversas atividades promovidas pelas inúmeras “associações empresariais, industriais e setoriais” (EE1), em diversas e distintas áreas, bem como a existência, de serviços de consultoria jurídica que “funcionam muito muito bem” (EE2)

AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS – Pontos Negativos

Pretendia-se perceber quais os pontos percebidos pelos entrevistados como sendo negativos no trabalho desenvolvido pelas associações e se eles consideram existirem aspetos que poderiam ser melhorados. Neste sentido, agrupámos como pontos negativos as seguintes situações, apresentados na tabela 12.

Tabela 12 Subcategoria – Pontos Negativos (Primeira Dimensão – Segunda categoria)

Primeira Dimensão – SERVIÇOS DAS ASSOCIAÇÕES		
Categoria	Subcategoria	Fatores apontados
Avaliação da Prestação dos Serviços	Pontos Negativos	Falta de pró-atividade
		Ausência de resultados das missões
		Análise insuficiente da legislação
		Publicações deficitárias

Fonte: Elaboração própria

Para alguns dos entrevistados, um dos principais fatores negativos do trabalho e dos serviços prestados pelas associações é a falta de pró-atividade, visto que “as associações podiam ser mais pró-ativas no sentido de estarem bem mais próximas das empresas e não tanto que as empresas vão ter com elas para pedir ou solicitar alguma coisa” (EE1). Contudo, é relevante destacar, que nem sempre esta falta de pró-atividade é culpa das próprias associações, pois, como afirma o EE7, “as fragilidades são também devidas às empresas associadas que nem sempre dão o devido valor” ao que as associações lhes propõem, ou como refere o EE1, as empresas “podem estar em meia dúzia de associações mas não (...) tirar partido delas”. Aliás, a Diretora-Geral da AIDA, reconhece “a falta de disponibilidade por parte dos gestores” para possivelmente encontrarem

formas que contribuam para os desenvolvimento e o comprometimento de ambas as partes.

Outro dos fatores negativos indicados pelos entrevistados prende-se com as missões empresariais. Apesar de considerarem umas das motivações para procurarem as associações, como vimos na categoria anterior, parece que o resultado das mesmas nem sempre é profícuo. Como refere o EE2, “ao nível da eficiência e da logística das missões, tudo tem corrido bem. Já a seleção dos contactos tem tido algumas falhas (...) e nem sempre correm como as expetativas (...) porque percebemos que os contactos nem sempre são os melhores”.

No caso específico dos serviços de informação sobre legislação, também alguns dos entrevistados encontraram insuficiências. Explica o EE5 que “há associações que imitem e localizam o decreto-lei enquanto outras interpretam o decreto-lei para a atividade em que trabalham (...), ou seja, há associações que trabalham de forma completa e que procuram avaliar as modificações que podem ocorrer nas empresas, e outras que se dedicam, somente, a dar informações”.

Por fim, os entrevistados apontaram ainda com ponto negativo das prestações de serviço por parte das associações, o facto de as empresas nem sempre aparecerem nas publicações das associações “sem ter que pagar publicidade, mostrando os seus exemplos e as suas imagens” (EE7).

4.2.1.2. Segunda Dimensão – Realidade das Associações

Depois da análise das entrevistas, especificamente das questões relacionadas com as vantagens e desvantagens do trabalho desenvolvido pelas associações, foi possível criar duas categorias, ‘Vantagens das associações’ e ‘Desvantagens das Associações’, permitindo de certa forma analisar a realidade das associações.

VANTAGENS DAS ASSOCIAÇÕES

Tendo-se, com esta questão, perceber as vantagens que os associados podem obter ao se aliarem a uma associação empresarial/industrial. Os fatores mais vantajosos destacados pelos entrevistados estão expostos na tabela apresentada seguidamente.

Tabela 13 Categoria – Vantagens das Associações (Segunda Dimensão)

Segunda Dimensão – REALIDADE DAS ASSOCIAÇÕES	
Categoria	Fatores apontados
Vantagens das Associações	Proximidade das empresas
	Integração na região
	Especificidade
	Apoio à Internacionalização
	Formação
	Rede de contactos e experiências
	Influência sobre o poder político

Fonte: Elaboração própria

Um dos primeiros fatores apontados pelos entrevistados é que “cada uma das associações tem as suas vantagens” (EE1) dando a entender que só uma associação “sem atividades, (...) sem organização (...) ou sem estratégias” (EE4) é que se torna desvantajosa para os seus associados.

Tendo em atenção o facto, já referido anteriormente neste relatório, de as PME serem preponderantes no tecido empresarial, constituindo, como tal, a maior fatia dos associados deste tipo de associações, um dos fatores mais destacados pelos entrevistados, foi a proximidade física das associações às empresas. Como, destaca o EE1, “as associações mais regionais têm a oportunidade de estarem mais próximas das empresas”, criando, assim, “laços entre as empresas” (EE3), ou como revela a Diretora-geral da AIDA, “dependendo da atividade de cada associação poderemos afirmar que são também importantes promotores da região em que se inserem”.

A questão da integração na região e da especificidade das associações foi ainda desenvolvida sobre outras perspetivas. Para o EE3, as associações permitem importantes “ligações, por exemplo, com as universidades (...) e assim expandir as nossas ideias, o recrutamento e a necessidade de criar acordos”, sendo que para o EE1, o “facto de existirem associações regionais e setoriais beneficia mais as empresas, pois são quase sempre adaptadas ao «core business» das empresas”.

Outra das vantagens apontadas pelos entrevistados foi o apoio à internacionalização. São muitas e diversas “as campanhas de divulgação de novos mercados, (...) que são divulgados de forma muito intensiva e que são frequentemente muito interessantes” (EE2), resultando nas missões empresariais que são levadas a cabo por várias associações.

Para além das missões, as “informações do que sai no mercado e das oportunidades que podem surgir” (EE5), e que são difundidas pelas associações, fazem “com que muitas empresas aproveitem essas informações para desenvolver negócios” (EE2). Sobre a internacionalização, o EE5 afirma com toda a certeza que “uma pessoa que queira investir lá fora tem de estar ligado a uma associação para a mesma facultar contactos” e informar sobre diversos assuntos. Ou, como refere a Diretora-Geral da AIDA, “suprir as lacunas das empresas em diferentes domínios, como a internacionalização”.

Uma das principais vantagens das associações percebida pelos entrevistados foi o facto de “formar uma rede facilitadora de contactos, de partilha de experiências, e que podem ser um elemento de projecção das empresas e da sua imagem” (EE7). Como refere o EE3, “através das associações torna-se mais fácil essa ligação a entidades externas, tanto cá dentro como lá fora, o que torna muito importante este *networking*”. Assim, esta rede de contactos e experiências permite às empresas “desenvolverem algumas ideias de negócio com outras empresas, resultado de um evento específico desenvolvido por uma associação” (EE4) e permite “o efeito de rede entre membros de um setor com os setores complementares” (EE6).

As vantagens também são muitas na “área da formação”, como indica o EE1, afirmando que é desse setor das associações que “tira mais partido”. Desta área destaca-se o “apoio às empresas na formação profissional” (EE2) e a realização de diversos *workshops*, seminários e reuniões profissionais.

Por último, foram ainda destacados como vantajosos os esforços das associações em “proteger e defender os interesses dos associados” (EE7), assim como, influenciarem as altas esferas políticas em prol de “políticas de desenvolvimento setorial (...) e políticas de desenvolvimento regional” (EE6).

DESVANTAGENS DAS ASSOCIAÇÕES

A tabela 14 indica os fatores considerados como desvantajosos e destacados pelos entrevistados e que serão explorados seguidamente.

Tabela 14 Categoria – Desvantagens das Associações (Segunda Dimensão)

Segunda Dimensão – REALIDADE DAS ASSOCIAÇÕES	
Categoria	Fatores apontados
Desvantagens das Associações	Fraco envolvimento com os associados
	Falta de rotação na gestão das associações
	Resultados de ações insuficientes
	Restrição ao espaço local

Fonte: Elaboração própria

Se a priori poderíamos pensar que as associações não têm desvantagens ou factos negativos, aliás como defende a Diretora-Geral da AIDA, que “considera que trabalho associativo constitui uma mais-valia de «per si»”, ou como referem o EE8 e EE6, afirmando que “não existem desvantagens”, não é contudo ideia comungada por todos os entrevistados.

O primeiro fator apontado como desvantajoso é o facto de “muitos empresários não darem valor (...) ao papel muito importante” (EE2) das associações em prol do tecido empresarial e das suas próprias empresas. Mas, em contra partida, e como refere EE3 “o afastamento de alguns associados, deve-se à forma como às vezes as associações são geridas. O que acontece muitas vezes (...) é um conjunto de divergências e algumas ideias diferentes entre associados, que fazem que exista, de alguma forma, um afastamento, o que não é positivo para as associações e para as empresas que estão representadas”. Subjacente a este tema, surge outra desvantagem das associações, como a falta de rotação na gestão das mesmas. Ora, como aponta o EE7, “em algumas associações, a pouca representatividade da classe, alguma conotação política e a pouca rotação na gestão das associações”, acaba por não motivar o envolvimento das empresas nas mesmas.

Se, em parte, é considerada uma mais-valia existir um conjunto alargado de atividades por parte das associações, como desvantagem é apontado o facto de, por vezes, se “retirar muito pouco sumo” (EE1) dessas mesmas ações. Por exemplo, no caso da formação, e como explica o EE1, as mesmas são “sempre regidas pelo mesmo método, sabendo nós que existem diferenças” sejam elas na região, no cluster ou nas empresas envolvidas.

Por fim, alguns entrevistados consideraram desvantajoso o facto de que algumas associações se restringem ao seu pensamento local, como considera o EE5, segundo o qual “as associações têm essa debilidade de se focar numa zona, sendo o mercado global” afirmando ainda que “se uma associação não tiver essa visão e continuar de forma local já sabe qual o seu caminho”.

4.2.1.3. Terceira Dimensão – Mudança Necessária

Tendo em conta o futuro e o que poderia ser melhorado nas associações, as respostas às entrevistas levaram-nos a agrupar as suas afirmações numa só categoria a que demos o nome de “Mudança no Papel das Associações”.

MUDANÇA NO PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES

Em relação à mudança necessária nas associações e ao seu papel no tecido empresarial, foram sugeridos alguns fatores pelos entrevistados, no sentido de melhorar o desempenho das mesmas.

Tabela 15 Categoria – Mudança no Papel das Associações (Terceira Dimensão)

Terceira Dimensão – MUDANÇA NECESSÁRIA	
Categoria	Fatores apontados
Mudança no Papel das Associações	Maior proximidade aos associados
	Criação de soluções de emprego
	Melhoria na rede de contactos
	Conversão com a Europa e com o mundo
	Dar mais voz às empresas

Fonte: Elaboração própria

De forma a melhorar o papel das associações, os entrevistados referiram o tema da proximidade dos associados às suas associações, e vice-versa. Aliás, o EE2 considera que “as ações que as associações levam a cabo deveriam ser mais acompanhadas pelas empresas”. O EE6 afirma que “o maior problema das associações não se prende com o seu objeto, mas sim com a falta de participação ativa da maioria dos associados, e acabando, em resultado disso muitos dos serviços por não terem o melhor aproveitamento, e não serem mais relevantes”. Em sentido contrário, o EE1 acha mesmo

que as associações “deveriam estar mais próximas e serem mais pró-ativas”, acusando ainda, que “a maioria das associações não faz a mínima ideia do que os seus associados fazem e no que operam”. Para este entrevistado seria importante, que num futuro próximo, as direções das associações saíssem dos seus edifícios e visitassem as empresas, conhecendo as pessoas e a sua realidade.

Preocupados com a atual crise em Portugal, e o conseqüente desemprego, uma das mudanças sugeridas para as associações foi em prol do emprego e da ajuda na aquisição de recursos humanos por parte das empresas. Para o EE3 as associações deviam “criar uma ligação com todas as pessoas que neste momento estão desempregadas, (...) e através das entidades responsáveis, (...) enquadrar os perfis para encaminhá-la para as empresas e, assim, rentabilizar recursos”. Mesmo que o futuro não passe por esta opção, a Diretora-Geral da AIDA defende que “as associações deverão desenvolver esforços no sentido de melhorar e aumentar os serviços prestados”, que segundo o EE8 seria necessário “no apoio sobre os mercados internacionais nas suas diferentes vertentes”.

Sendo fundamental para as empresas o relacionamento com outras empresas, o EE4 pede que no futuro “estas associações contribuam para alargar o número de contactos, principalmente em áreas específicas e focalizadas”, aumentando assim a atual rede de contactos que cada uma das empresas possui.

Outra mudança percebida como sendo importante em algumas associações seria a convergência da sua atividade para o mercado europeu e mundial. Segundo o EE5, “o país hoje em dia está na europa, e as associações continuam muito locais. Se as associações continuarem a limitar os seus pensamentos e atuações ... por exemplo, se olharem só para Aveiro sem olharem para o estrangeiro, torna as associações cada vez mais pobres”. Assim, segundo este entrevistado, urge que as associações “tentem evoluir e desenvolver as suas atividades para se tornarem mais fortes”.

Por fim, outro dos fatores mais apontados pelos entrevistados foi o facto de nem sempre as associações projetarem a imagem das empresas. Para isso, os entrevistados sugerem que os dirigentes das mesmas saiam “das suas portas e estejam ao lado dos empresários, ouvindo e conhecendo as suas eventuais críticas e sugestões. (...) Depois de perceber quais as críticas mais comuns, devem fazê-las chegar aos órgãos nacionais”

(EE1), permitindo assim a “ligação das empresas às instituições governamentais” (EE2). No fundo, as empresas defendem que as associações devem dar “voz aos próprios associados, com intervenções em seminários, congressos e nos seus meios de comunicação” (EE3).

5. Conclusão

5.1. Considerações finais

As associações empresariais e industriais vivem atualmente tempos conturbados, muito motivados pela atual crise económica e financeira, sendo-lhes lançados desafios constantes. Sendo que muitos desses desafios passam pela necessidade de criar novas soluções, principalmente financeiras, há a percepção de que muitas vezes estas associações relegam para segundo plano um dos seus principais papéis – estar perto dos seus associados e dar voz aos mesmos.

A realização do estágio no Gabinete de Comunicação e Imagem da AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, permitiu conhecer o trabalho diário que as associações desenvolvem em favor dos seus associados e a sua capacidade de providenciar serviços que respondam a algumas das necessidades evidenciadas, neste caso, pelas empresas da região.

No que toca à experiência profissional, realça-se o contributo dado na divulgação de eventos, seminários e formações, bem como o apoio dado na organização do 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro. Salienta-se, ainda, a recolha de informação para projetos de interesse empresarial, a elaboração de textos para diferentes publicações da associação, o contacto com os associados e a participação em seminários especializados sobre temas de interesse geral.

Após o estágio, pareceu-nos importante recolher os depoimentos de vários empresários, através da realização de entrevistas, para tentar perceber as suas perspetivas sobre o trabalho desenvolvido pelas associações a que pertencem. A análise destas entrevistas permitiu agregar os dados em categorias, agrupados em três dimensões: ‘Serviços das Associações’; ‘Realidade das Associações’ e ‘Mudança Necessária’.

Numa primeira fase pretendeu-se perceber quais os serviços procurados pelas empresas nas suas associações, as razões que motivaram a sua procura e o grau de satisfação com os serviços prestados. Da análise dos dados emergiram duas categorias:

‘Motivação para a Procura dos Serviços e ‘Avaliação da Prestação de Serviços’ (subdivida em duas subcategorias – ‘Pontos Positivos’ e ‘Pontos Negativos’).

Em relação a esta dimensão, foi claro que os entrevistados conheciam os serviços disponibilizados pelas associações. Quanto às motivações para procurarem estes serviços, duas das mais referidas foram a busca de informação e a angariação de contactos. Foi interessante, contudo, observar os serviços de formação e consultoria, que raramente existem nas empresas, assim como as missões empresariais, que beneficiam os negócios das empresas interessas no processo de internacionalização, foram as funções desempenhadas pelas associações que os entrevistados consideraram mais interessantes. Relativamente à avaliação dos serviços prestados pelas associações, foram referidos pontos positivos e negativos, como seria de esperar. Para os empresários/dirigentes entrevistados os pontos positivos mais relevantes foram a oportunidade para a criação de laços e relações comerciais, permitindo, deste modo, aumentar a rede de contactos entre os diversos intervenientes do tecido empresarial. Como aspetos mais negativos, os entrevistados referiram a falta de pró-atividade dos associados e das próprias associações, levando ao afastamento do poder decisório e ao fraco desenvolvimento das associações e do tecido empresarial. Acresce a isto que nem sempre o resultado esperado pelos associados é alcançado pelas associações, considerando os empresários que, por vezes, há insuficiência de informação ou publicações deficitárias por parte das mesmas.

Numa segunda fase tentou-se perceber quais as vantagens e desvantagens de pertencer a uma associação empresarial/industrial, tendo sido encontradas duas categorias, ‘Vantagens das Associações e ‘Desvantagens das Associações’, por seu lado agrupadas numa segunda dimensão denominada ‘Realidade das Associações’. Positivamente foram apontados diversos fatores, sendo que se destacam a proximidade e especificidade das associações, o seu apoio à internacionalização, formação e fomento de contactos entre os associados. Negativamente foram referidos problemas de participação dos associados, a falta de melhor gestão em algumas associações, a existência de resultados exíguos e a ausência de uma visão global do mercado.

Por último, procurou-se perceber quais as mudanças percecionadas como necessárias nas associações para a melhoria da qualidade dos seus serviços prestados, tornando-as,

deste modo, mais relevantes para o tecido empresarial. Para os entrevistados as melhorias são diretamente proporcionais à proximidade das associações aos seus associados, tentando junto deles perceber de que forma se podem criar novos serviços, melhorar a rede de contactos e convergir as suas atividades para os mercados europeu e mundial. No fundo, segundo os entrevistados, a mudança necessária está na necessidade de dar voz às empresas e de ouvir os seus anseios e sugestões.

Tendo como principal objetivo compreender qual o papel do associativismo no tecido empresarial do distrito de Aveiro, este estudo permitiu perceber que hoje em dia os atores dos diversos setores de atividade não podem fechar os olhos à existência deste tipo de associações. Aliás, conjugando a pesquisa documental realizada com os dados recolhidos através de entrevistas, percebe-se que as associações têm um papel relevante para as empresas e para os seus associados, tentando criar mais-valias. Com efeito, são vários os serviços que estas associações desenvolvem tendo em vista a otimização das empresas e dos sectores de atividades em que estas operam, conduzindo, idealmente, ao desenvolvimento das regiões em que se inserem e da economia nacional.

O futuro não tenderá, contudo, a ser fácil para estas associações, visto que, para além das dificuldades financeiras que a economia nacional atravessa, existe ainda um quase infindável número de associações que acabam por se ‘aniquilar’ umas às outras. Parece-nos, assim, urgente a criação de uma rede homogénea de Associações Empresarias, de forma a evitar sobreposições e potenciar a cooperação entre instituições que trabalhem em prol do tecido empresarial. Para além disso, é necessário que os empresários se interessem pelo associativismo e que as direções das associações se desloquem às empresas e ouçam os empresários, pois só a entreaajuda entre associações e associados permitirá potenciar o impacto positivo do associativismo no tecido empresarial, acrescentando valor à economia regional e nacional.

5.2. Limitações do estudo

A primeira limitação deste estudo está relacionada com a falta de tempo para a realização do trabalho de campo. Tendo em atenção que o estágio no Gabinete de Comunicação e Imagem decorreu, entre as 9h00 e as 18h00, a realização das entrevistas apenas foi possível após o término do mesmo, atrasando todo o processo de recolha e tratamento de dados.

A segunda limitação teve a ver com a fraca resposta de algumas empresas ao pedido de entrevista. Com efeito, apesar de terem sido enviados pedidos de entrevistas a cerca de 35 empresas do tecido empresarial do distrito de Aveiro, foram apenas realizadas 8 entrevistas. É nosso entender que um maior número de entrevistas conduziria, certamente, a um estudo mais rico, permitindo, provavelmente, encontrar mais fatores que mostrassem o papel do associativismo no tecido empresarial.

A última limitação deveu-se ao atraso no acesso a alguma informação por parte da entidade de acolhimento, justificado pela eleição de uma nova direção na AIDA, que ocupou grande parte dos seus colaboradores.

5.3. Trabalho futuro

O impacto do associativismo no tecido empresarial poderá e deverá ser alvo de estudos mais aprofundados num futuro próximo. Neste sentido, seria interessante comparar o papel de associações empresariais noutros distritos com a informação recolhida por este estudo para o distrito de Aveiro. Seria também interessante comparar o papel de associações de âmbito mais nacional, como a AIP, a AEP e a AICEP, com o papel desempenhado por associações mais locais e regionais.

Referências Bibliográficas

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, LUÍS; ALEXANDRE, FERNANDO ; DE PINHO, MANUEL CORREIA - O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual. NIPE Working Papers. (2010).

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO - 25 anos: A promover Associativismo e Competitividade. 2013a.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO- 25º Aniversário da AIDA: INFOAIDA. Aveiro, 2011.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO- Angola - Missão Empresarial, Brochura. 2008a.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO- Angola - Um mercado Estatégico, Brochura. 2010a.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO - Anuário Empresarial do Distrito de Aveiro - 2002. 2002.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO- Empresas com capacidade de exportação para o Brasil, Brochura. 2010b.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO- Moçambique - Um mercado de oportunidades, Brochura. 2009.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO- Serviços da AIDA, Brochura. 2008b.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO- Síntese de Conjuntura Económica da Região de Aveiro - Indústria Transformadora. Aveiro, 2012.

AIDA, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO; ANEME, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS METALÚRGICAS E ELECTROMECHANICAS; INFORMESP, INSTITUTO DE ESPECIALIZAÇÃO FORMATIVA E ESTUDOS EMPRESARIAIS- REGIÃO DE AVEIRO: Onde as oportunidades acontecem. Aveiro, 2013b.

AIP, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE PORTUGAL - Cartas Regionais da Competitividade - Baixo Vouga. 2011a.

AIP, ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DE PORTUGAL - Cartas Regionais da Competitividade - Entre Douro e Vouga. 2011b.

ALVES, JORGE FERNANDO - Interesses industriais e clivagens associativas. Revista da Faculdade de Letras. Historia. ISSN 0871-164X. n.º 13 (1996), p. 515-534.

AMARAL, LUÍS MIRA- A Competitividade Portuguesa na economia do século XXI. 2010.

AVEIRO, DIÁRIO DE- 1000 Maiores empresas de Aveiro. 2013.

AZEVEDO, JOÃO LÚCIO DE - Epocas de Portugal económico: Obras completas de J. Lúcio de Azevedo. Lisboa: Clássica, 1988.

BARDIN, LAURENCE - Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições. Vol. 70 (1977).

BELL, JUDITH - Doing your research project. Open University Press, 1999. ISBN 0335235824.

BENTO, ANTÓNIO V - INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA: DICOTOMIA OU COMPLEMENTARIDADE? Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira). ISSN 1647-8975. (2012).

BRYMAN, ALAN; BELL, EMMA - Business research methods. Oxford University Press, USA, 2007. ISBN 0199284989.

CHAPPIN, MARYSE [et al.] - The intermediary role of an industry association in policy-making processes: the case of the Dutch paper and board industry. Journal of Cleaner Production. ISSN 0959-6526. Vol. 16, n.º 14 (2008), p. 1462-1473.

COELHO, LUÍS ALBERTO MENDES BRANDÃO - Associativismo e Desenvolvimento Local: o caso de Ribeira de Pena. 2008.

CONFRARIA, JOÃO - Desenvolvimento económico e política industrial: Estudos e monografias. Lisboa: Universidade Católica, 1995. ISBN 972-9430-24-1.

DE KETELE, JEAN-MARIE; ROEGIERS, XAVIER - Metodologia da recolha de dados. Lisboa: Instituto Piaget. (1999).

EEN, ENTERPRISE EUROPE NETWORK - FRANCHISING: Uma estratégia a seguir pela sua empresa?, Brochura. (2013).

FERRAZ, JOSÉ MANUEL - O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26). Análise Social. ISSN 0003-2573. (1975), p. 454-471.

FERREIRA, ABÍLIO- Aveiro: Alma Exportadora: Revista Exame. Lisboa, 2013.

GODOY, ARILDA SCHMIDT - Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de administração de empresas. ISSN 0034-7590. Vol. 35, n.º 3 (1995), p. 20-29.

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.- Anuário Estatístico da Região Norte - 2011. Lisboa, 2012a.

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.- Anuário Estatístico de Portugal - 2010. Lisboa, 2011.

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.- Anuário Estatístico da Região Centro - 2011. Lisboa, 2012b.

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. - Evolução do Setor Empresarial em Portugal. Lisboa, 2012c. ISBN/ISSN 978-989-25-0193-2.

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.- Censos 2011 - Resultados Definitivos - Portugal. Lisboa, 2012e.

JOHNSON, BURKE; CHRISTENSEN, LARRY - Educational research: Quantitative, qualitative, and mixed approaches. SAGE Publications, Incorporated, 2008. ISBN 978-1-4129-5456-3.

LAINS, PEDRO - O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. Análise Social. ISSN 0003-2573. (1994), p. 923-958.

LAINS, PEDRO; SILVA, ÁLVARO FERREIRA DA - História económica de Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. ISBN 978-972-671-274-9.

LAINS, PEDRO; SILVA, ÁLVARO FERREIRA DA - História económica de Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. ISBN 972-671-138-X
972-671-139-8
972-671-140-1.

LEITE, ANTÓNIO NOGUEIRA - A internacionalização da economia portuguesa. Relações Internacionais (R: I). ISSN 1645-9199. n.º 28 (2010), p. 119-132.

LOPES, JOSÉ DA SILVA - A economia portuguesa desde 1960: Trajectos. Lisboa: Gradiva, 1997. ISBN 972-662-472-X.

MACEDO, JORGE BORGES DE - Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII: Conhecer Portugal. Lisboa: Querco, 1982.

MADALENO, RUI - A Industria Portuguesa. Principais Características e Vulnerabilidades. ISSN 0870-757X. (1993).

MADUREIRA, NUNO LUÍS - O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957). Análise Social. ISSN 0003-2573. (1998), p. 777-822.

MARTINS, PAULO- Desenvolvimento e Associação Empresarial: DIRIGIR. Lisboa, 1994. ISBN/ISSN 0671-7354.

MATEUS, AUGUSTO- A indústria Portuguesa: Situação actual e a sua evolução. 2012.

MELO, ANA ISABEL; SARRICO, CLÁUDIA SOFIA; RADNOR, ZOE - Research design for analysing the relationship between governance structures and performance management systems in universities. ISSN 1746-9082. (2008).

MÓNICA, MARIA FILOMENA - Capitalistas e industriais (1870-1914). Análise Social. ISSN 0003-2573. (1987), p. 819-863.

NEVES, JOÃO LUÍS CÉSAR DAS - O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. Análise Social. ISSN 0003-2573. (1994a), p. 1005-1034.

NEVES, JOÃO LUÍS CÉSAR DAS - The portuguese economy. Lisbon: Universidade Católica Editora, 1994b. ISBN 972-9430-19-5.

NORDQVIST, MATTIAS; PICARD, ROBERT; PESÄMAA, OSSI - Industry associations as change agents: the institutional roles of newspaper associations. Journal of Media Business Studies. ISSN 1652-2354. Vol. 7, n.º 3 (2010), p. 51-69.

PEDREIRA, JORGE MIGUEL - Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25). Uma perspectiva estrutural. Análise Social. ISSN 0003-2573. (1987), p. 563-596.

PROENÇA, MARIA CÂNDIDA - Da República à União Europeia - Século XX. Círculo de Leitores, 2009. ISBN 978-972-42-4528-7.

PROENÇA, MARIA CÂNDIDA - Do ouro do Brasil à Revolução Liberal - Séculos XVIII-XIX. Círculo de Leitores, 2010a. ISBN 978-972-42-4526-3.

PROENÇA, MARIA CÂNDIDA - A Monarquia Constitucional - Séculos XIX-XX. Círculo de Leitores, 2010b. ISBN 978-972-42-4527-0.

REIS, JOSÉ; JACINTO, RUI - As Associações Empresariais e o Estado na Regulação dos Sistemas Produtivos Locais (1992).

RODRIGUES, MANUEL FERREIRA; MENDES, JOSÉ MARIA AMADO - História da indústria portuguesa: Biblioteca da história. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999. ISBN 972-1-04694-9.

ROSAS, FERNANDO - Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. Análise Social. ISSN 0003-2573. (1994), p. 871-887.

SELLTIZ, CLAIRE [et al.] - Métodos de pesquisa nas relações sociais. EPU, 1974.

SERRÃO, JOEL - Da indústria portuguesa, do antigo regime ao capitalismo: Horizonte universitário. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

SILVA, ÁLVARO FERREIRA DA; LAINS, PEDRO - História económica de Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010. ISBN 978-972-671-274-9.

SILVA, AUGUSTO SANTOS; PINTO, JOSÉ MADUREIRA - Metodologia das ciências sociais: Biblioteca das Ciências do Homem/Sociologia/Epistemologia. Edições Afrontamento, 1986.

TOLDA, JOÃO - Associações empresariais e inovação industrial na região centro: dados empíricos e perspectivas. (1996).

WEBGRAFIA

CAMPUSWIKIUA - Paradigmas de Investigação

http://wiki.ua.sapo.pt/wiki/Paradigmas_de_Investiga%C3%A7%C3%A3o

EDITORA, PORTO- Dicionário da Língua Portuguesa. Infopédia. Porto Editora, 2012.

<http://www.infopedia.pt/pesquisa-global/industria>

EMPREENDEDOR, AVEIRO - O que é?

<http://www.aveiroempreendedor.net/index.php>

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. - Dados Estatísticos

<http://www.ine.pt/>

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P. - Censos 2011

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

O MIRANTE, SEMANÁRIO REGIONAL - O associativismo em Portugal é “disperso, incapaz e impotente” para lidar com os desafios do futuro

http://semanal.omirante.pt/index_access.asp?idEdicao=491&id=73571&idSeccao=7958&Action=noticia

SOCIAL, PME - Promotores

<http://pmesocial.aida.pt/promotores.html>

VILAÇA, ABÍLIO - 700 Associações Empresariais em Portugal, porquê?

<http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=3322>

Anexos

Anexo I- Organograma da Entidade de Acolhimento (AIDA)



Anexo II- Guião das entrevistas às empresas

Guião das entrevistas

1. A sua empresa é associada de alguma associação industrial/empresarial? Se sim, qual ou quais?
2. [Em caso de resposta positiva à questão 1] – Quais são os principais serviços de que usufruem (usufruíram) por parte da(s) associação(ões) a que pertence(m)?
3. Que avaliação faz dos serviços prestados pela associação? Os serviços prestados corresponderam às expectativas?
4. Na sua opinião, quais as principais vantagens do trabalho desenvolvido pela(s) associação(ões) industrial(is)/empresarial(ais)?
5. Quais as principais desvantagens?
6. O que acha que poderia ser melhorado no papel das associações empresariais (ex.: que serviços gostaria que fossem prestados)?

Anexo III- Guião da entrevista a Diretora-Geral da AIDA

Guião da Entrevista

- 1.** Na sua opinião, qual o papel da AIDA para o tecido empresarial do distrito de Aveiro?
- 2.** Quais os serviços prestados pela AIDA? De entre os enumerados, quais os que têm mais impacto no tecido empresarial?
- 3.** Quais as principais dificuldades encontradas pela AIDA nos serviços que presta?
- 4.** Na sua opinião, quais as principais vantagens do trabalho desenvolvido pelas associações industriais/empresariais?
- 5.** E quais as principais desvantagens?
- 6.** O que acha que poderia ser melhorado no papel das associações empresariais?